

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E SOCIEDADE

MARGARETE ALCINO

**O TRABALHO DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM
ESTUDO NO ASSENTAMENTO CONTESTADO.**

DISSERTAÇÃO

CURITIBA

2025

MARGARETE ALCINO

**O TRABALHO DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM
ESTUDO NO ASSENTAMENTO CONTESTADO.**

**The Work of Women in Family Farming: A Study in the Contested
Settlement.**

Dissertação do Programa de Pós-Graduação
em Tecnologia e Sociedade da Universidade
Tecnológica Federal do Paraná como requisito
parcial – Área de Concentração: Tecnologia e
Sociedade. Linha de Pesquisa: Tecnologia e
Trabalho. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nanci Stancki
da Luz.

CURITIBA

2025



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Esta licença permite compartilhamento, remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



MARGARETE ALCINO

**OTRABALHO DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO NO ASSENTAMENTO
CONTESTADO.**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como
requisito para obtenção do título de Mestre Em Tecnologia E
Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná
(UTFPR). Área de concentração: Tecnologia E Sociedade.

Data de aprovação: 13 de Agosto de 2024

Dra. Nanci Stancki Da Luz, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Lindamir Salete Casagrande, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Rodolfo Stancki Silva, Doutorado - Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Pucpr)

Dra. Rosangela Wojdela Cavalcanti, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 16/08/2024.

CURITIBA

2025

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão a todas as mulheres que tive a oportunidade de conhecer e contribuíram na minha vivência e na minha trajetória acadêmica. Mulheres que me proporcionaram trocas e me ensinaram tanto e me inspiraram a refletir, questionar e potencializaram a lutar por nossos direitos. Meu agradecimento a todos da comunidade do Assentamento Contestado que proporcionou minha vivência e contribuiu para construção da minha identidade social e disponibilizou para a construção dessa pesquisa. Gratidão às mulheres trabalhadoras rurais sem terra que aceitaram tão prontamente participar dessa pesquisa, que me receberam com carinho e proporcionaram que esse momento de pesquisa fosse também um momento de memórias e acolhida.

Agradeço à banca examinadora pelas contribuições e pela sensibilidade nesse processo de construção, por aceitarem apreciar, analisar e avaliar esse estudo e por todas as contribuições que foram apontadas na banca de qualificação.

À Professora Dra. Andrea Luiza Curralinho Braga que desde da graduação esteve presente em minha trajetória acadêmica como orientadora de trabalho de conclusão de curso, nos espaços de lutas da categoria profissional e tem me inspirado como assistente social e continua no desenvolvimento da minha trajetória acadêmica e profissional, minha gratidão.

À Professora Dra. Rosangela Wojdela Cavalcanti, que tive a oportunidade de compartilhar conhecimentos durante as aulas no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná em que a mesma cursava o doutorado, que me auxiliou durante a elaboração da pesquisa e deu suporte emocional nesse processo de defesa da dissertação.

A Professora Doutora Lindamir Salette Casagrande, que admiro que foi minha professora no programa e uma brilhante escritora, que mesmo aposentada do programa aceitou somar nesse processo de estudo. Ao Professor Dr. Rodolfo Stancki Silva, obrigada por aceitar participar desta banca e na construção desse estudo.

À querida Professora Dra. Nanci Stancki Da Luz que privilégio meu em tê-la como orientadora, sou grata por aceitar o desafio de me orientar nessa jornada, sou grata por seu empenho e dedicação e por todo conhecimento que compartilhou, que me direcionou com tanta sensibilidade e compreensão, me incentivou e acreditou quando em momentos que eu conseguia acreditava ser capaz de seguir, com as suas palavras de carinho e me fortalecendo com a frase “vai dar tudo certo”, GRATIDÃO!!

À minha família por me apoiarem e sempre incentivarem a seguir com minhas escolhas, por compreender minha ausência durante esse período e respeitar esse momento. À minha mãe Maria Edeli Vieira, trabalhadora rural na agricultura familiar, que vivenciou tantas desigualdades nesse meio sendo mulher, mãe, negra e assentada pela reforma agrária, que sua luta me inspirou as inquietações, estudar essa temática e lutar por garantia de direitos de tantas mulheres com a mesma condição. Aos meus irmãos e minhas sobrinhas por ser minha rede de apoio quando precisava me proporcionar muito afeto e incentivo para concluir esse processo, gostaria de reafirmar que você também pode ingressar no ensino superior depois da maternidade. À memória do meu irmão, Marley Vieira Alcino, que foi uma inspiração e incentivador em toda minha vivência acadêmica, que ficou feliz em cada etapa desse processo de mestrado, e por isso me motivou a continuar, de onde estiver, saiba que estou na luta. Ao meu companheiro de vida, Felipe: Agradeço profundamente pelo seu apoio incondicional, sua dedicação e interesse pela minha trajetória foram fundamentais, e o fato de você me ouvir e me acolher nos momentos de

instabilidade emocional me trouxe uma força imensa. Você me motivou com tanto carinho a concluir este processo, e quero que saiba que você terá todo o meu apoio durante suas jornadas seja acadêmica, profissional e de vida. Gratidão, meu amor.

Um agradecimento especial a todas as amigas e amigos que fazem parte da minha vivência e estiveram comigo durante este processo. Muitas amizades foram construídas ao longo dessa jornada acadêmica, amizades que me inspiraram e me deram forças para seguir em frente rumo ao mestrado. Agradeço especialmente à Claudiane, grande amiga e mestra, que me apoiou e ajudou com suas valiosas experiências acadêmica.

À Universidade Tecnologia Federal do Paraná (UTFPR) por fornecer os recursos necessários para a realização desta pesquisa. A todos os professores e funcionários do Programa Pós Graduação em Tecnologia e Sociedade, Centro pelo suporte acadêmico e administrativo prestado. Aos meus colegas de curso, pela troca de conhecimento, pelas discussões enriquecedoras e pela amizade construída ao longo destes anos Agradeço à minha trajetória de vida, que, por meio de políticas afirmativas, possibilitou meu ingresso no mestrado em uma universidade pública. Esse suporte acadêmico me permitiu atuar na minha profissão como assistente social, proporcionando uma reflexão crítica que contribuiu para minhas inquietações e para a elaboração deste trabalho. A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, o meu sincero agradecimento.

“Minha mãe, minha lavra, minha lida, minha
lavoura, minha herança, minha vida. Minhas
mãos de força e de ternura. Meus olhos de
esperança e de bravura. Mulher de fibra, de
luta e de sol, no campo, na chuva, na
enxada. Tua voz se eleva, teu corpo se
dobra, e a terra responde com frutos e
lavouras.”

(CORA CORALINA, 1965).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar do Assentamento Contestado, localizado na Lapa, no estado do Paraná. Para alcançar esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: identificar a percepção das mulheres em relação ao trabalho; conhecer a atuação das mulheres na agricultura familiar; e compreender a relação entre trabalho, protagonismo das mulheres camponesas e o modo de produção do Assentamento Contestado. A questão central da pesquisa é investigar os fatores culturais e sociais que influenciam as condições de trabalho das mulheres e os mecanismos que o MST utiliza para debater gênero e superar a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar no contexto da reforma agrária. Para abordar essas questões, a pesquisa foi qualitativa, utilizando como ferramentas de coleta de dados um questionário e entrevistas semiestruturadas com dez mulheres trabalhadoras rurais do assentamento. A análise dos dados foi realizada com base na metodologia de análise de conteúdo de Laurence Bardin, a fim de responder aos objetivos propostos. Os resultados demonstraram que as trabalhadoras têm acesso às teorias de gênero e reconhecem a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar. Conclui-se, no entanto, que ainda faltam mecanismos efetivos para garantir a participação das mulheres em espaços políticos e para promover o protagonismo de seu trabalho na agricultura familiar.

Palavras-chave: Divisão Sexual do Trabalho, Agricultura familiar, Reforma Agrária, MST.

ABSTRACT

This work aims to analyze the sexual division of labor in family farming in the Contestado Settlement, located in Lapa, in the state of Paraná. To achieve this objective, the following specific objectives were defined: identify women's perception of work; understand the role of women in family farming; and understand the relationship between work, the role of peasant women and the mode of production of the Contested Settlement. The central question of the research is to investigate the cultural and social factors that influence women's working conditions and the mechanisms that the MST uses to debate gender and overcome the sexual division of labor in family farming in the context of agrarian reform. To address these questions, the research was qualitative, using a questionnaire and semi-structured interviews with ten rural women workers from the settlement as data collection tools. Data analysis was carried out based on Laurence Bardin's content analysis methodology, in order to respond to the proposed objectives. The results demonstrated that workers have access to gender theories and recognize the sexual division of work in family farming. It is concluded, however, that there is still a lack of effective mechanisms to guarantee the participation of women in political spaces and to promote the protagonism of their work in family farming.

Keywords: Sexual Division of Labor, Family Farming, Agrarian Reform, MST.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de localização do assentamento Contestado

Figura 2 - Mapa, município da Lapa, Paraná, Brasil

Fotografia 1 - Ocupação da área, em 7 de fevereiro de 1999

Fotografia 2 - Mística, Assentamento Contestado

Fotografia 3 - Lavouras agroecológicas coletivas do assentamento Contestado

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Apresentação geral das mulheres entrevistadas

Quadro 2 - Caracterização geral das atividades desenvolvidas na unidade familiar no Assentamento Contestado 20

Quadro 3 - Principais iniciativas e políticas voltadas para a promoção da equidade de gênero e o fortalecimento das mulheres rurais no Brasil. 20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTS	Ciência, Tecnologia e Sociedade
ELAA	ELAA -Escola Latino Americana de Agroecologia
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFPR	Instituto Federal do Paraná
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MMC	Movimento das Mulheres camponesas
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais MSTR
ONG	Organizações não governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNR	Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Pronaf
TS	Tecnologia Social
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	21
3 A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	34
3.1 Agricultura Familiar e Reforma Agrária Popular no âmbito do MST.....	38
3.2 Ciência Tecnologia Social na Agricultura Familiar.	46
4 GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	49
4.1 A Invisibilidade/ Visibilidade do trabalho das Mulheres camponesas.	53
4.2 Divisão sexual do trabalho na agricultura familiar	58
5. O TRABALHO DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO CONTESTADO	61
5.1 O Assentamento Contestado	61
5.2 Metodologia e Procedimentos da Pesquisa de Campo.....	66
5.3 As Trabalhadoras entrevistadas.....	70
5.4 "A Luta das Mulheres do Acampamento ao Assentamento Contestado	76
5.5 As Unidades Familiares De Produção.....	82
5.6 O Trabalho das mulheres e a divisão sexual do Trabalho na agricultura familiar no Assentamento Contestado.	93
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	101

1 INTRODUÇÃO

A divisão sexual do trabalho está relacionada à formação social que naturaliza uma distribuição do trabalho diferenciada para homens e mulheres e tem sedimentado a desvalorização e a invisibilidade do trabalho das mulheres. Assim, o valor social do trabalho tem sido determinado a partir de quem o executa.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado. (HIRATA, KERGOAT. 2007, p.599)

A divisão sexual do trabalho tem sido um tema cada vez mais recorrente no meio acadêmico, o que tem possibilitado evidenciar as contradições de um sistema capitalista patriarcal que não tem dado o devido reconhecimento e a valorização do trabalho das mulheres. O trabalho feminino permanece associado ao âmbito doméstico e familiar e ao cuidado.

Apesar de toda a visibilidade das discussões sobre a divisão sexual do trabalho e da maior inserção das mulheres no mundo do trabalho, ainda existe a invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura, espaço considerado como trabalho informal e no qual predominam relações patriarcais com funções pré-estabelecidas para homens e mulheres.

A visibilidade das mulheres camponesas e a luta pelos direitos iguais são essenciais para as transformações de relações de gênero no contexto rural brasileiro. As mulheres camponesas estão cada vez mais presentes ocupando funções fundamentais em movimentos sociais que lutam pelos direitos da classe trabalhadora rural (SALVARRO, LAGO, & WOLFFI 2014).

As mulheres trabalhadoras rurais são protagonistas da luta pelo direito ao acesso à terra e representam a resistência ao agronegócio e a exploração capitalista. Compreendendo que estão inseridas em uma sociedade de classes, origem da exploração, dominação e opressão da classe trabalhadora e que tem como sustentação a sociedade capitalista baseada no colonialismo, no patriarcado e no racismo. (ESMERALDO, 2013).

A luta pela reforma agrária vai além da distribuição de terras, envolve a construção de novas formas de organização social que possibilitem a conquista da propriedade coletiva dos meios de produção. Assim, trabalha com a construção de experiências realizadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra (FERNANDES, 2012).

Diante desse contexto esta pesquisa teve como problema de pesquisa: os fatores culturais, sociais nas condições de trabalho e os mecanismos que o MST utiliza para o debate de gênero e superação da divisão sexual do trabalho das mulheres na agricultura familiar no âmbito da reforma agrária?

Como objetivo objetivo geral:

Analisar a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar do Assentamento Contestado situado na Lapa no Estado do Paraná

Para cumprir esse objetivo, destacamos os seguintes objetivos específicos:

- 1) identificar a percepção das mulheres quanto ao trabalho;
- 2) conhecer a atuação das mulheres no trabalho na agricultura familiar
- 3) compreender a relação entre trabalho, protagonismo das mulheres camponesas e o modo de produção do Assentamento Contestado, município da Lapa/PR, Brasil;

Esta pesquisa está muito vinculada à minha história de vida. Eu sou filha de pai e mãe que vivem no Assentamento Contestado, assim vivenciei a luta para o acesso à terra desde a infância, vivência perpassa desde acampamento rural na espera de lote até a condição de assentada.

No Assentamento Contestado foi possível o acesso à política de educação do Campo e concluir o Ensino Médio, o que me possibilitou ter acesso à universidade. A partir do programa do Ministério de Educação, criado em 2004, Programa Universidade para Todos (Prouni) que oferece bolsas de estudos em instituições particulares de educação superior, cursei Serviço Social na Universidade Católica do Paraná.

Assim, o tema desta dissertação está relacionado diretamente com minha vivência na agricultura familiar como filha de trabalhadores rurais sem-terra, assentados no Assentamento Contestado a qual conviveu desde a infância até o início da graduação.

A escolha do local de pesquisa, o Assentamento Contestado, não apenas se configura como identidade, mas também como parte importante da minha trajetória educacional e pelas oportunidades que essa vivência me proporcionou a partir de políticas afirmativas de acesso ao Ensino Superior. Minha trajetória, desde a educação do campo até a universidade, reflete o resultado de políticas públicas na transformação de vidas e na promoção de acesso a oportunidades anteriormente inacessíveis para muitas famílias rurais.

Na graduação, tive a oportunidade de desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso, em 2015, cujo objetivo era analisar o acesso da população assentada na Política da Assistência Social, pesquisa desenvolvida no Assentamento Contestado e cujos resultados apontaram a necessidade de ações afirmativas e políticas públicas que garantem a manutenção do trabalho das famílias na agricultura familiar. A pesquisa apontou a necessidade de políticas para a autonomia das mulheres camponesas e a necessidade do reconhecimento do trabalho das mulheres na agricultura familiar.

Estes resultados motivaram a continuidade dos estudos dessa temática, buscando compreender melhor as relações de trabalho e gênero no contexto da reforma agrária. A dicotomia identificada nesta pesquisa, especialmente em relação à percepção das mulheres quanto seu papel central na agricultura familiar, destaca a necessidade de desafiar estereótipos e promover o reconhecimento da contribuição significativa das mulheres para o trabalho no campo. A busca pela autonomia das mulheres camponesas ressoa como uma meta crucial para assegurar a equidade nas relações de trabalho na agricultura familiar.

A abordagem, fundada nas próprias vivências, perpassa a pesquisa acadêmica, e proporciona a promoção de uma compreensão mais holística das complexidades envolvidas na agricultura familiar e na luta pela terra. A continuidade das pesquisas sobre essa temática possibilita a construção de conhecimentos que promovam mudanças significativas nas realidades das comunidades rurais.

Ao trazer para o debate a questão agrária, na atual conjuntura, trazemos à tona questões importantes como a da luta pelo acesso à terra e um dos principais atores sociais desta luta, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) que tem exercido um papel de resistência na

dinâmica do capitalismo no campo, pois além de lutar pela conquista da terra, está em constante batalha pela autonomia camponesa (COSTA, 2012).

O papel das mulheres trabalhadoras rurais como protagonistas na luta pelo direito ao acesso à terra é uma dimensão importante do movimento social e político, especialmente no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, e outras organizações afins. A compreensão de que as mulheres desempenham um papel crucial na resistência ao agronegócio e à exploração capitalista, destaca a complexidade das lutas sociais no campo e a interseccionalidade de diferentes formas de opressão. (LAGE, 2018)

A discussão sobre sociedade de classes, exploração, dominação e opressão da classe trabalhadora destaca a importância de considerar as relações de poder na sociedade. A estrutura agrária historicamente desigual no Brasil e em muitos outros lugares frequentemente resulta em condições precárias de trabalho para os agricultores, incluindo as mulheres rurais.

As mulheres rurais enfrentam não apenas a exploração econômica, mas também diversas formas de opressão que estão interligadas, como o patriarcado e o racismo. Segundo Florestan Fernandes (2007, p. 260), "como a economia de trabalho livre se organizou sobre um patamar pré-capitalista e colonial, seria lamentável se ignorássemos como as determinações de raças se inseriram e afetaram as determinações de classes".

Para Saffioti e Ferrante (1983), o patriarcado refere-se ao sistema de poder que privilegia os homens em detrimento das mulheres, perpetuando desigualdades de gênero. No contexto rural, as mulheres muitas vezes enfrentam discriminação de gênero, limitações no acesso a recursos e oportunidades, além de desafios específicos relacionados ao trabalho agrícola.

No Brasil, a distribuição das mulheres que atuam na agricultura é bastante diversa das posições que ocupam os homens:

No seio da miséria que atinge os trabalhadores rurais brasileiros, instalou-se uma divisão sexual do trabalho através da qual o homem constitui o elemento privilegiado do processo de

proletarização, enquanto às mulheres se reservou a posição de proletária. A presença de maciços contingentes femininos na economia de subsistência garante o baixo custo da produção diária e da reprodução da força de trabalho, mercadoria que deve ser ofertada em abundância, a fim de que o processo de acumulação do capital não sofra nenhum percalço e possa elevar seu ritmo. Por outro lado, as trabalhadoras familiares constituem um imenso manancial de mão-de-obra ao qual o setor capitalista da agricultura poderá recorrer, pagando diárias mais baixas que as masculinas e sem nenhum receio de enfrentar causas trabalhistas. (SAFFIOTI, H. & FERRANTE, 1983, p. 69)

Essa análise ainda se aplica na atualidade ao compreender que a luta das mulheres trabalhadoras rurais no contexto dessas interseções destaca a necessidade de abordagens que considerem as múltiplas formas de opressão. O reconhecimento dessas interconexões é fundamental para o desenvolvimento de estratégias eficazes de resistência e para a construção de movimentos sociais mais inclusivos.

Considerando que a sociedade capitalista tem como sustentação o colonialismo, o patriarcado e o racismo, apontam para uma análise crítica mais ampla das estruturas de poder. Isso destaca como as relações econômicas, sociais e políticas estão entrelaçadas e como a luta por justiça no campo não pode ser separada da luta contra outras formas de opressão sistêmica. Portanto, a luta das mulheres trabalhadoras rurais não é apenas pela terra, mas também por uma transformação mais profunda nas estruturas sociais que perpetuam desigualdades.

O presente estudo estrutura-se em tópicos, sendo o segundo que trata os fundamentos teóricos metodológicos trazendo uma breve revisão da literatura que resgata historicamente a tão emblemática questão agrária no Brasil, seguindo com a necessidade da luta por uma reforma agrária e o papel do MST nessa perspectiva e a Ciência Tecnologia Social na Agricultura Familiar.

O terceiro capítulo aborda conceitos como gênero, patriarcado e a divisão sexual do trabalho. A partir desses conceitos discutimos a realidade da mulher camponesa e as subjetividades que permeiam sobre a identidade da mulher camponesa, a construção social e política de luta por emancipação, evidenciando a luta do movimento feminista, do movimento das mulheres camponesas. Partindo relacionando e seguindo com a

temática da divisão sexual do trabalho na agricultura familiar e as mulheres na agricultura familiar: o trabalho (re) produtivo e as atribuições dos papéis.

E por fim apresenta-se a pesquisa de campo a apresentação do Assentamento, a pesquisa de campo realizado no Assentamento Contestado com as dez mulheres trabalhadoras rurais, que atuam na agricultura familiar e participam do núcleo de gênero do assentamento. Apresentação das trabalhadoras, suas trajetórias e vivência no MST e como ocorre o trabalho dessas mulheres na agricultura familiar.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), sob o número do Parecer: 6.301.924. A pesquisa foi conduzida por meio de entrevistas semiestruturadas com um grupo de dez mulheres trabalhadoras rurais assentadas no assentamento Contestado, localizado no município de Lapa, Paraná. As participantes tinham idades entre 22 e 54 anos e residiam em uma unidade de produção. Os critérios para a seleção das participantes foram os seguintes: (1) Mulheres trabalhadoras rurais assentadas no assentamento Contestado. (2) Idade entre 22 e 54 anos. (3) Residência em uma unidade de produção do assentamento.

O Instrumento de Coleta de Dados foi entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram realizadas com base nas seguintes questões, abordando o cotidiano, o trabalho, e as condições de vida das participantes. Quais são as atividades desenvolvidas diariamente? Considera algumas dessas atividades como trabalho? Quais atividades você mais gosta de realizar? Gostaria de realizar outras atividades além das que já faz? Quais são as suas atribuições no trabalho na agricultura? Quem contribui com as atividades domésticas e/ou de cuidado na sua casa? Considera que os equipamentos de manuseio na agricultura são acessíveis para o trabalho das mulheres?

E por fim, nas considerações finais com o resultado da pesquisa, em que pode-se evidenciar o objetivo deste trabalho, revelando uma complexidade de práticas que são profundamente influenciadas por normas culturais, estruturas de poder que reverberam nas trabalhadoras rurais. Porém essas tensões e contradições entre as práticas de gênero tradicionais e as tentativas

de transformação dessa realidade é um tema amplo que se reflete na necessidade continuidade de pesquisas na temática da divisão sexual do trabalho na agricultura familiar.

2 DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

De acordo o autor Sérgio Sauer em sua obra *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro* (2008), a questão agrária tem dois aspectos centrais:

- 1) a concentração da propriedade fundiária;
- 2) a exclusão social e política.

Esses aspectos estabelecem um profundo antagonismo entre o setor patronal e os segmentos populares. De um lado, uma enorme quantidade de terra em mãos de poucos e, de outro, uma massa de trabalhadores e trabalhadoras excluídos do acesso à terra. Essa exclusão é o lado mais perverso da concentração fundiária, pois interfere nas condições de vida também da população urbana, mas, ao mesmo tempo, constitui-se no motor das mobilizações e lutas pelo acesso à terra. (SAUER, 2008.p 42)

Na década de 1990, com a adoção do termo agronegócio para designar o setor patronal rural altamente tecnológico, popularizou-se no Movimento dos Trabalhadores Rurais (MSTR) o termo agricultura familiar. O uso dessa expressão designava à pequena produção camponesa a produção de subsistência. O congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), realizado em 1995, enfatizou a importância da reforma agrária como um mecanismo de fortalecimento e ampliação da agricultura familiar e assumiu o termo nas pautas de luta.

Nesse período, a dinâmica sociopolítica do meio rural brasileiro estabeleceu uma oposição entre os conceitos de agronegócio e de agricultura familiar, os grandes latifundiários associando o conceito ao modelo agropecuário dominante adotado com a implantação da Revolução Verde¹, o agronegócio expressa um antagonismo político e simbólico à agricultura familiar ou camponesa, considerando-a uma forma arcaica e pouco eficiente de produção e cultivo da terra, especialmente pela não-incorporação de certa racionalidade técnica.

1 A Revolução Verde e iniciada na década de 1960 teve o papel de prover alimentos em grande escala, tendo a inovação tecnológica como um de seus principais eixos. A Revolução Verde caracteriza-se pela mudança de paradigma na produção agropecuária com o uso de fertilizantes químicos, irrigação, mecanização, agrotóxicos e sementes geneticamente melhoradas, visando ao aumento de produtividade (Hazell, 2009; Ameen & Raza, 2017).

Nessa perspectiva, o uso ou apropriação das noções de "agricultura familiar" e "agronegócio", apesar de suas origens conceituais e linguísticas, dá-se em um contexto de disputas entre setores ou classes historicamente antagônicas. A chamada "modernização conservadora"- e o consequente aprofundamento da concentração fundiária e expropriação das populações rurais. (SAUER, 2008.p 36)

A compreensão dos processos históricos de constituição da propriedade fundiária e da implantação do modelo agropecuário é essencial para entender a construção e a apropriação de noções e categorias como agronegócio e agricultura familiar camponesa. As mobilizações e lutas pela democratização da propriedade fundiária, visando ampliar e consolidar a agricultura familiar e camponesa aos processos de aprendizagem política que possibilitam a formação sociopolítica no campo (SAUER, 2008).

Essa formação e processo de reconhecimento enquanto trabalhador na agricultura familiar faz parte da construção de identidade e da diversidade desse segmento social, que permite avanços nas pautas de luta sobre direitos. Nesse processo de construção e apropriação de conceitos, noções e representações, ocorreu a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1995. Esse programa governamental foi uma resposta às demandas históricas do movimento sindical rural, que exigia políticas públicas diferenciadas para os setores empobrecidos do campesinato ou menos capitalizados e historicamente excluídos dos programas governamentais de crédito rural.

O fortalecimento e a viabilização da agricultura familiar camponesa, assim como a geração de empregos no meio rural, exigem mudanças significativas no atual padrão de desenvolvimento. Essas mudanças abrem caminho para inovações que vão além da simples modernização tecnológica. A sustentabilidade das alternativas de desenvolvimento requer transformações que melhorem as condições de vida da população rural.

Contextualizar a questão agrária no país é uma abordagem essencial para compreender a necessidade da luta por uma reforma agrária no contexto da agricultura familiar:

A estrutura fundiária brasileira guarda os traços principais da política de ocupação do espaço implantada pelo sistema sesmarial. O campo ainda preserva a configuração que os portugueses estabeleceram quando ocuparam esse espaço, ao dividirem o território em grandes

áreas e distribuírem para poucas famílias, com base na Lei de Sesmarias que vigorou no Brasil desde 1530. (CABRAL, 2021, p.17)

Essa estrutura fundiária colonizadora, a propriedade das terras do Brasil Colônia pertencia à Coroa Portuguesa, que por meio da Lei de Terras concede o direito de posse e uso ao sesmeiro, esse formato de divisão de terras e como ocorreu no período de colonização do Brasil, corroborando com Darcy Ribeiro (2015), a colonização europeia no território brasileiro não foi uma “descoberta”, isso porque antes dessa época o território brasileiro já era habitado por povos indígenas com suas diversidades culturais e organização social bem como a relação deles com a terra e seus sistemas agrícolas, antes da chegada dos colonizadores europeus.

Com essa invasão colonialista, houve a exploração do ciclo do açúcar e do ouro, impactando na ocupação territorial e na distribuição de terras que inicialmente foram distribuídas entre os colonizadores. Dentre as formas de distribuição, destacavam-se capitanias hereditárias e as sesmarias, nas quais se cultivavam, a partir da utilização de trabalho escravo, grandes plantações monocultoras, práticas que moldaram a estrutura agrária:

A exploração econômica da colônia por quase quatro séculos foi baseada na monocultura, no trabalho escravo e no monopólio da terra. A produção inicialmente de açúcar e, mais tarde, de café, bem como a pecuária, estavam assentadas na utilização de grandes áreas. A força de trabalho, constituída por africanos escravizados e pequenos posseiros, moldou relações sociais de submissão e exploração, que quase 130 anos após a abolição da escravidão, não foram totalmente superadas (CABRAL, 2021, p. 19)

Essa exploração econômica da colonização impactou diretamente na vida dos povos originários que habitavam o território brasileiro, tanto na exploração do trabalho e nos deslocamentos impostos pela monocultura, como nos conflitos que dizimaram comunidades indígenas além das doenças introduzidas pelos colonizadores.

A escravidão africana sendo a mão de obra escrava utilizada nas plantações e na construção da sociedade colonial. A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com as mulheres indígenas, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor. Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio e mais tarde de negro na composição. (FREYRE, 2003, p.65)

Quando a pressão pelo fim da escravatura se intensificou, foi promulgada a Lei nº 601 em 1850, conhecida como Lei das Terras que:

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica: e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de Colônias de nacionais, e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. (BRASIL, 1850)

A lei dispunha que a terra seria inacessível para as pessoas que eram ex- escravizadas e para os novos colonos. O acesso à terra só seria possível mediante compra, sendo penalizados os atos de ocupação fora desse marco legal. A Lei ainda regulariza os títulos concedidos e as denominadas posses pacíficas, transformando as concessões do governo português e do governo imperial em propriedade privada. As áreas não ocupadas efetivamente seriam consideradas devolutas, isto é, seriam consideradas de propriedade do Estado.

A mesma legislação autorizava o governo imperial a custear a imigração de trabalhadores livres para serem empregados nos estabelecimentos agrícolas.

Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente à custa do Tesouro certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração pública, ou na formação de colônias nos lugares em que estas mais convierem; tomando antecipadamente as medidas necessárias para que todos os colonos achem emprego logo que desembarcarem. (BRASIL, 1850)

Esses legados da colonização ainda se perpetua na estrutura agrária atual como os grandes latifúndios e concentração de terras continuam a moldar as dinâmicas agrárias e sociais no Brasil, o que é crucial para a compreensão da necessidade da luta pela reforma agrária.

Com isso, podemos elencar a questão da propriedade privada e sua mercantilização. Para Whitaker Ferreira (2005), não seria exagero afirmar que a questão do acesso à propriedade privada da terra está no cerne de uma enorme desigualdade. Assim, consideramos que o processo de colonização do país, iniciado em 1500, é a gênese dos atuais problemas sociais, como desigualdade social, segregação espacial, má distribuição de terras, concentração fundiária, entre outros.

Considerando que, no período da colonização brasileira, o capitalismo monopólico europeu era um capitalismo primitivo, pois: “nesta fase o

capitalismo aparece como primitivo, porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde" (MARX, 1985 p. 262).

No início desse processo de colonização, as atividades econômicas desenvolvidas baseiam-se no extrativismo dos recursos naturais e na força de trabalho dos povos indígenas. Segundo João Pedro Stédile (2012), o processo da invasão, como a história registra, adotou duas táticas de dominação: cooptação e repressão. Assim, conseguiram dominar todo o território e submeter os povos que aqui viviam ao seu modo de produção, às suas leis e à sua cultura.

O período da redemocratização no Brasil criou expectativas de avanços em questões sociais que haviam sido suprimidas durante os anos de regime militar. A Constituição Federal de 1988 foi um marco institucional e jurídico no que diz respeito à política de reforma agrária no Brasil, os movimentos sociais voltaram a atuar com novos projetos, pressionaram a inserção da função social da terra como condição para a utilização de terras no Brasil, caso descumprida a função, a terra poderia ser desapropriada para fins de reforma agrária. Esse aspecto contribuiu para que se elevassem as expectativas quanto à formalização de uma política de reforma agrária eficiente. Um dos temas centrais foi a Reforma Agrária, vista como fundamental para democratizar o acesso à terra, combater a fome e a miséria, resolver o êxodo rural e lidar com os problemas urbanos decorrentes desse processo. (STÉDILE, 2012)

A Aliança Democrática do Presidente Tancredo Neves, inseriu a Reforma Agrária como uma de suas prioridades. O Presidente José Sarney, ao assumir após a morte de Tancredo Neves, manteve o compromisso com a Reforma Agrária, criando um ministério dedicado ao assunto e nomeando pessoas comprometidas com a causa. No entanto, logo se tornou evidente que as oligarquias e os latifundiários não levaram a sério essa promessa. Quando o governo Sarney começou a programar a Reforma Agrária, houve uma mobilização intensa tanto dos latifundiários contra a reforma agrária quanto dos camponeses que incluíam sindicatos, federações, organizações religiosas e entidades como CONTAG, a Conferência Nacional dos Bispos do

Brasil e a Comissão Pastoral da Terra, em prol a reforma agrária (CABRAL, 2021)

Diante das pressões, o governo recuou em sua proposta inicial, limitando-se a desapropriar apenas latifúndios improdutivos. As alterações introduzidas no primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA-1985) contribuíram significativamente para dificultar sua execução. A inclusão do critério de “improdutividade” como condição para a desapropriação de latifúndios gerou controvérsias e dificuldades na definição e comprovação do que seria considerada uma propriedade improdutiva.

Como reflete o autor Bernardo Mançano Fernandes (2021) Durante a implementação do I Plano Nacional de Reforma Agrária apresentado através do Decreto nº 91.766 em 10 de outubro de 1985, houve uma escalada da violência no campo, marcada por assassinatos de trabalhadores rurais e o agravamento dos conflitos no entorno da Amazônia. Essa violência foi resultado da intensificação das disputas pela terra entre grandes proprietários, posseiros, sem-terra e trabalhadores rurais. Os conflitos fundiários se acirraram em áreas onde a presença do Estado era historicamente frágil, como nas regiões de fronteira agrícola e na Amazônia, onde a expansão agropecuária e os interesses econômicos entravam em conflito com a preservação ambiental e os direitos das comunidades tradicionais.

A ausência de uma efetiva implementação das políticas de reforma agrária, a resistência dos latifundiários e a ausência do sistema judiciário em resolver os conflitos agrários, contribuíram para o agravamento da situação gerando um ciclo de violência e medo que permeia as áreas rurais do país.

O Plano Nacional de Reforma Agrária tinha como objetivo beneficiar 1.400.000 famílias entre os anos de 1985 e 1989 destaca que a Reforma Agrária teria diversos impactos positivos, enfatizava que a Reforma Agrária não era apenas uma questão econômica, mas também uma questão de justiça social, buscando corrigir as desigualdades históricas na distribuição da terra e promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável no campo brasileiro. (BRASIL, 1985)

A campanha do Presidente da República Fernando Collor de Mello, em 1989, adotou um discurso moralista e modernizador, ganhando destaque a imagem de "caçador de Marajás" e prometendo cuidar dos mais pobres da sociedade brasileira. No entanto, uma vez eleito, ele inaugurou uma série de políticas que seguiram as recomendações de um conjunto de diretrizes liberais, bem como a redução do papel do Estado na economia, em meio a esse contexto de adoção de políticas liberais, a Reforma Agrária não encontrava espaço na agenda do governo, além das políticas que não priorizavam a reforma agrária, houve também a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) que representou um golpe significativo para os pequenos agricultores, que perderam uma importante fonte de suporte técnico e orientação. (FERNANDES, 2021)

Isso contribuiu para tornar mais grave as condições de vulnerabilidade dessas comunidades rurais. Como respostas à essas precárias condições, houve um aumento no número de ocupações de terras consideradas improdutivas por movimentos sociais e trabalhadores rurais sem-terra. Essas ocupações foram uma forma de pressionar o governo a agir em prol da reforma agrária e garantir o acesso a terra para aqueles que dela necessitavam. No entanto, a resposta do governo às ocupações de terras foi marcada por uma forte repressão, exacerbando os conflitos no campo e gerando tensões adicionais entre os movimentos sociais e o Estado.

Já a eleição de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) contribuiu para o fortalecimento do setor agroexportador no Brasil. Esse governo assumiu a pauta da reforma agrária em meio à pressão dos movimentos sociais e de grupos de intelectuais que simpatizavam com a causa. Os massacres de Corumbiara², em Rondônia (1995), e de Eldorado do Carajás³,

2 Massacre Comumbiara: No dia 09 de agosto de 1995, por um processo de ocupação na ocupação da Fazenda Santa Elina, em Corumbiara (RO), militares com bombas e tiroteio por cerca de quatro horas, aproximadamente 20 trabalhadores desaparecidos, 350 lavradores gravemente feridos, 200 presos e 8 mortos, incluindo uma criança, 2 policiais mortos.

3 Massacre Eldorado do Carajás: dia 17 de abril de 1996, cerca de 1,5 mil pessoas estavam acampadas na curva do S, em Eldorado do Carajás, sudeste do Pará, em forma de protesto. O objetivo era marchar até a capital Belém e conseguir a desapropriação da fazenda Macaxeira,

no Pará (1996), tiveram grande repercussão no Brasil e no exterior, gerando uma comoção pública e aumentando a pressão por mudanças na política de reforma agrária. Como resultado desses eventos e da pressão social, a política de reforma agrária no Brasil saiu da inércia. Houve avanços tanto no âmbito institucional, com a criação do Gabinete Extraordinário de Política Fundiária (1996), posteriormente transformada em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), quanto no número de desapropriações de terras, criação de assentamentos e famílias assentadas. Esse período marcou uma retomada das discussões e ações em prol da reforma agrária no país. (MIRALHA, 2006)

Na análise de Renata Cattelan (2020), os dados sobre reforma agrária durante o governo de Fernando Henrique Cardoso mostram uma tendência de crescimento no número de decretos de desapropriação, área desapropriada, projetos implantados, área dos projetos e famílias assentadas entre os anos de 1996 e 1998. (CATTELAN, 2020)

Durante esses anos, a pressão social e internacional intensificou-se, levando a uma maior visibilidade e ação por parte do governo em relação à reforma agrária. No entanto, nos anos seguintes, especialmente na segunda metade do governo Fernando Henrique Cardoso, houve uma desaceleração nesses indicadores. Isso pode ser atribuído a uma série de fatores, incluindo mudanças na política econômica, pressões políticas e a implementação de uma abordagem mais orientada ao mercado na reforma agrária conhecida como "Reforma Agrária de mercado" que estabelecia parcerias público-privadas e incentivava a compra e venda de terras desapropriadas, em vez de priorizar a criação de assentamentos coletivos. Essa abordagem pode ter levado a uma redução na quantidade de terras desapropriadas e no número de famílias assentadas, refletindo uma mudança na estratégia e prioridades do governo em relação à reforma agrária. (COELHO, 2016)

ocupada por 3,5 mil famílias sem-terra. Um total de 155 policiais militares estiveram envolvidos na operação que deixou 21 camponeses mortos, 19 no local do ataque, e outros dois que faleceram no hospital.

No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), a política predominante em relação à reforma agrária foi focada na criação de assentamentos rurais, onde famílias sem-terra seriam reassentadas em áreas desapropriadas pelo governo. Para José de Souza Martins (2003) essa abordagem tradicional visava garantir o acesso à terra para os trabalhadores rurais sem condições de possuir propriedades, promovendo uma redistribuição de terras mais igualitária.

O primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2010) foi marcado pela esperança em assentar mais famílias e realizar a reforma agrária. Com esse objetivo, em 2003 foi criado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) o II Plano Nacional de Reforma Agrária com objetivo garantir o acesso à terra, gerar emprego e renda, e garantir acesso à saúde, educação, energia e saneamento. Entre suas metas, o plano objetivava implantar quatrocentas mil novas famílias assentadas, regularização da posse de terras de quinhentas mil famílias e atender cento e trinta mil famílias por meio de crédito fundiário, porém em 2007 com o final do programa, os resultados foram inferiores aos planejados, sendo os indicadores 448.954 beneficiários do programa, sendo cento e sessenta e três mil novos assentados (BRASIL, 2005).

O primeiro mandato de Lula (2003-2006) caracterizou-se pela pretensão em harmonizar ações para a agricultura familiar e ações para a agricultura patronal. As desapropriações foram bem menores que o esperado, e o projeto de reforma agrária foi baseados nas regularizações. De forma a complementar o II Plano Nacional de Reforma Agrária de 2003, cujo objetivo era financiar, tanto o acesso à terra, quanto a estrutura e o desenvolvimento das unidades produtivas. Suas metas representavam a realização do maior plano de reforma agrária da história do Brasil. Até o final de 2006 foram 400 mil novas famílias assentadas; 130 mil famílias tiveram acesso à terra por meio do crédito fundiário e outras 500 mil adquiriram estabilidade na terra com a regularização fundiária. Foram mais de 1 milhão de famílias beneficiadas e mais de 2 milhões de novos postos de trabalho gerados. (MDA, 2003)

Neste sentido, a ação principal do governo Lula com relação à reforma agrária não foi de realizar a política desapropriatória, assim como era esperado, mas de regularizar áreas de ocupação (FERNANDES, 2021). Em relação ao segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), o número de desapropriação aumentou em relação ao primeiro mandato, porém o número de famílias assentadas reduziu.

As políticas criadas, naquele período, procuravam solucionar os problemas no campo, houve mudanças significativas no meio rural, desconcentrando a terra e gerando renda e emprego. Mesmo sem ter acontecido a reforma agrária da maneira como os movimentos sociais esperavam, durante o governo Lula ocorreram avanços significativos, com maior atenção à dimensão social dos assentamentos. (FERNANDES, 2021).

No Governo da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), havia intenção de continuidade da política de reforma agrária de Lula, porém no decorrer do seu mandato não houve um planejamento na realização da reforma agrária. Somente em 2016, ocorreram desapropriações.

Após o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff, Michel Temer passou a governar o Brasil (2016-2018), o período foi caracterizado pelo aumento da violência no campo. No ano de 2017 foram registrados 70 assassinatos no campo. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 2016 e 2018 ocorreram 160 assassinatos, 222 tentativas de assassinatos e 592 ameaças de morte. (FERNANDES, 2021).

Vale ressaltar que a violência no campo é uma característica estrutural do modo de produção capitalista, afinal, a primeira etapa para garantir a acumulação de capital é a separação por meio do emprego de práticas violentas do trabalhador do meio de produção, a assim chamada acumulação primitiva (MARX, 1970).

Na análise de Paulo Alentejano o governo Temer marcou seu posicionamento em relação à política de reforma agrária quando fez a indicação de Blairo Maggi, Senador pelo Mato Grosso e um dos maiores produtores rurais do país para o Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento (MAPA). A aprovação da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017 que trata da política de regularização fundiária rural e urbana, incluindo a Amazônia legal, possibilitou a regularização da grilagem de terras além de cancelar as desapropriações e as demarcações de terras indígenas e quilombolas (ALENTEJANO, 2018).

O Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) foi caracterizado pelo desmonte, não apenas nas políticas econômicas, mas também trabalhista ambiental e fundiária. Em seus discursos, o Presidente evidenciava ser contrário à política de reforma agrária (SAUER, LEITE e TUBINO, 2020)

A primeira ação do governo foi à suspensão da política de reforma agrária, conforme documento enviado às superintendências regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no dia 27 de março de 2019, o qual afirma que a paralisação das atividades se dá por conta da redução de gastos públicos (MST, 2019).

De acordo com Fabrina Furtado (2021), houve significativos cortes orçamentários em todas as pastas, inclusive em tempos de pandemia. São cortes orçamentários no INCRA, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e em diversas instituições de pesquisa, que são cruciais para formulação de políticas públicas no país, dentre estas destacamos os intensos desmontes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa política teve resultados diretamente associados à flexibilização de políticas de controle do desmatamento. Além disso, a militarização começa a fazer parte do cotidiano destes órgãos, justamente com o objetivo de promover o avanço radical do agroextrativismo (FURTADO, 2021).

Na pasta fundiária os retrocessos foram múltiplos, no primeiro dia de mandato ocorreu a edição da Medida Provisória n. 870, que alterou a estrutura administrativa do governo e que dentre diferentes ações deu fim a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e tentou subordinar toda a agenda fundiária e ambiental à agenda agrícola. Em números, a reforma agrária

sofreu a maior retração da história. Em 2019, nenhum assentamento foi criado e nenhuma propriedade foi decretada para fins de reforma agrária. (SAUER, 2020).

Cumprindo suas promessas eleitorais, o poder executivo não decretou nenhuma área para os povos indígenas, quilombolas ou para a criação de assentamentos de reforma agrária. Na contramão, editou duas medidas provisórias com o intuito de destinar as terras públicas para aqueles que deram suporte a sua eleição (SAUER, 2020, p.346)

Para além da violência institucionalizada, a violência nos conflitos do campo foi materializada em assassinatos, tentativas de assassinatos, ameaças de morte, expulsões, despejos e destruição de bens de populações camponesas, indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, apenas em 2019, foram 32 assassinatos, 30 tentativas de assassinato e 201 ameaças de morte. (CPT, 2022)

Além dos discursos discriminatórios contra a população negra, pobre e as mulheres, classificando-as como inferiores, foi introduzida a ideia de armar a população, ou seja a necessidade de “dar armas e fuzis para os fazendeiros”, o que amplia a violência a partir de um maior acesso a armas. Nesse processo, recupera-se um discurso colonial que afirma que essas populações são as causas dos problemas ambientais e, portanto, obstáculos ao desenvolvimento e inimigas da nação (FURTADO, 2021, p. 43).

Não realizar a reforma agrária é uma estratégia do governo Bolsonaro, que tem defendido o uso de armas contra as ocupações de terra. O ano de 2019 foi marcado por despejos, violência contra as comunidades tradicionais e indígenas, acampamentos e assentamentos, e pelo aumento de assassinatos. Desde a campanha eleitoral, o discurso de Jair Bolsonaro é caracterizado pela “criminalização” de movimentos e tem atingido as iniciativas de ocupação de terra defendendo que os ruralistas e latifundiários (FERNANDES et al. 2020)

O desmantelamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ocorreu por meio de atos normativos, desapropriatórios, redução do orçamento e diversas medidas administrativas como a nomeação de pessoas que eram contrárias à reforma agrária.

No discurso de defesa da propriedade privada houve a intensificação de titulações de terras e flexibilização de leis ambientais para incentivo ao agronegócio e expansão para terras demarcadas para povos originários, o que gerou tensões e conflitos fundiários em várias regiões do país. (SAUER, LEITE e TUBINO, 2020)

A política de o Governo Temer e Bolsonaro foram marcadas pela reconcentração fundiária e a intensificação da disputa territorial, beneficiando o mercado de terras, pois muitas famílias fragilizadas cederam à pressão do agronegócio e do latifúndio e venderam seus lotes. Com a Medida Provisória 910 que prevê a liberação da aquisição de terras por estrangeiros, cresceram as empresas estrangeiras ou brasileiras com presença de capital estrangeiro territorializadas no Brasil dedicado ao agronegócio:

A liberação da estrangeirização da terra não é um evento isolado, mas faz parte de um amplo pacote de políticas neoliberais que visam a expansão do capitalismo no campo, incorporando terras de camponeses, indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais à lógica contraditória da capital. A estrangeirização resulta na desterritorialização e afeta a segurança e soberania alimentar, pois terras antes destinadas à produção de alimentos passam a cultivar commodities para a exportação. (FERNANDES et al. 2020)

No governo Bolsonaro, foram implementadas ações e políticas que impactaram as áreas agrária, agrícola, ambiental e social. O fortalecimento das corporações capitalistas, por meio da liberação de agrotóxicos e venda de terras para capital estrangeiro, enfraqueceu as organizações dos trabalhadores e aumentou os conflitos, perseguições e assassinatos. As políticas para o campo retrocederam significativamente, favorecendo o fortalecimento de latifúndios em detrimento da agricultura familiar.

A partir do terceiro mandato do Governo Lula (2023), retoma a ênfase à reforma agrária, às políticas que visam a distribuição de terras e o apoio aos assentamentos rurais, cumprindo o compromisso com a justiça social das desigualdades no campo, a partir do acesso a terra e do apoio ao desenvolvimento rural sustentável. (MST, 2023)

O processo de assentamento de famílias sem-terra foi retomado, acelerando a distribuição de terras já desapropriadas e em poder do INCRA. Houve um fortalecimento das políticas de apoio à produção nos assentamentos, incluindo crédito rural, assistência técnica e extensão rural, além de incentivo à

agroecologia e à produção sustentável, regularização das posses de terras já ocupadas por assentados, garantindo segurança jurídica e acesso a políticas públicas para essas famílias. O diálogo com movimentos sociais, como o MST, e outras organizações que lutam pela reforma agrária foi restabelecido buscando construir políticas de forma participativa e atender às demandas históricas desses grupos. (MST, 2023)

3 A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A agricultura familiar no Brasil, até o ano de 1970, não havia critérios que permitissem distinguir as unidades de produção da agricultura familiar do conjunto dos estabelecimentos agrícolas. De acordo com as autoras Angela Antonia Kageyama e Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, com Censo Agropecuário de 1996, foi possível um estudo, realizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário que viabilizaram a construção de uma tipologia dos agricultores familiares, considerados aqueles que utilizam mão de obra familiar em sua atividade produtiva. (BERGAMASCO e KAGEYAMA, 1990)

A definição de agricultura familiar proposta pelo estudo de cooperação técnica entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura é uma referência significativa no contexto brasileiro. Essa definição, que data do início da década de 1990, é amplamente reconhecida e adotada no país.

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996, p. 4)

O INCRA destaca características específicas da agricultura familiar, considerando aspectos socioeconômicos e produtivos. Dentre os elementos fundamentais incluídos nessa conceituação estão:

- Gestão Familiar que é gerida e operada pela própria família, envolvendo tanto o trabalho na produção quanto nas decisões administrativas e estratégicas;
- A mão de obra empregada nas atividades agrícolas é majoritariamente composta pelos membros da família, destacando a importância da colaboração intrafamiliar.

Embora a extensão da área explorada pela agricultura familiar seja relativamente pequena em comparação com as grandes propriedades, a diversificação das atividades produtivas é uma característica marcante, incluindo cultivos diversos, agrofloresta, criação de animais, e muitas vezes, a produção destinada tanto à subsistência quanto ao mercado.

A agricultura familiar está frequentemente vinculada ao território em que se insere, demonstrando uma forte relação com a comunidade local e a preservação de práticas tradicionais. Acesso limitado a recursos como terra, crédito e insumos agrícolas é uma realidade comum na agricultura familiar, sendo um elemento distintivo em relação às grandes propriedades.

Essa definição proporciona uma base conceitual importante para políticas públicas e programas de apoio à agricultura familiar no Brasil, contribuindo para o reconhecimento e valorização desse segmento crucial na produção de alimentos, na preservação ambiental e no desenvolvimento sustentável das áreas rurais.

Considerando que a agricultura familiar é uma forma de organização e de produção de autoconsumo agrícola em uma pequena extensão de terra, o trabalho é realizado de forma geral pela própria família e a produção se destina para seu sustento. Para Carmem Silva, 2005:

A agricultura familiar, concebida como forma de produção na terra, utilizando-se a mão de obra da família e destinada principalmente à alimentação desta própria (autoconsumo), mostra-se como um ciclo contínuo tanto na produção e reprodução das atividades agrícolas como também na organização espacial e de tempo. (SILVA, 2005,p.37).

O Censo Agropecuário de 2006 introduziu a categoria de estabelecimentos familiares levando em consideração condicionamentos

operacionais estabelecidos pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 que estabelece as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação da agricultura familiar:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006)

Essa lei também abrange silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes, aquicultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até dois hectares ou ocupem até quinhentos metros cúbicos de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede, extrativistas que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, pescadores que exerçam a atividade pesqueira artesanalmente, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais. (BRASIL, 2006)

A agricultura Familiar é de suma importância pela produção de alimentos para consumo da população brasileira. Os agricultores familiares têm participação significativa na produção dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros, além por possuir uma variedade produtiva de grãos, pecuária leiteira, carnes, feijão, cana, arroz, café, trigo, frutas, hortaliças entre outros. Essa produção, são de assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, que realizam a gestão da produção compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. (Censo Agropecuário 2017-2018).

O Censo Agropecuário de 2017, aponta 5.073.324 estabelecimento da agricultura familiar, 77% dos estabelecimentos agrícolas do país foram classificados como da agricultura familiar equivalente a 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, empregando mais de 10 milhões

de pessoas em setembro de 2017, o que representa 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária, responsável por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários. (IBGE- Censo Agropecuário 2017)

Para Maria de Nazareth Baudel Wanderley, cerca de metade dos estabelecimentos familiares estão localizados na região Nordeste com 2.322.719, sudeste 969.415, sul 853.341 e norte 580.613. Esses dados reiteram que a agricultura familiar permanece significativamente na produção de alimentos no Brasil, e confirma, assim, mais uma vez, a importância dessa forma de produção, ao mesmo tempo em que revela os limites de sua reprodução, considerando a perpetuação da concentração fundiária, marca a história da agricultura e do mundo rural brasileiro. (WANDERLEY, 2015)

A relação do agricultor familiar com a terra transcende a mera atividade econômica, envolvendo um profundo vínculo de cuidado e interdependência. Esse agricultor, muitas vezes, não apenas utiliza a terra como seu local de trabalho, mas também a enxerga como parte integrante de sua identidade, modo de vida e sustento. A agricultura familiar adota práticas agrícolas sustentáveis, visando preservar a fertilidade do solo e manter a saúde do ecossistema. Essa relação de cuidado é muitas vezes passada de geração em geração, promovendo a sustentabilidade ambiental. (WANDERLEY, 2015)

A proximidade entre o local de trabalho e a moradia cria uma integração única. A casa muitas vezes está próxima aos campos, facilitando o acesso diário às atividades agrícolas. Isso não apenas simplifica o trabalho, mas também fortalece o senso de pertencimento à terra, “o produtor familiar é fundamentalmente um proprietário que trabalha. Na verdade, quem trabalha é o agricultor e sua família, e é familiar a propriedade do estabelecimento” (WANDERLEY, 1998, p. 31).

A produção destinada ao consumo próprio e de sua família destaca a importância da agricultura familiar na segurança alimentar. A terra não é apenas uma fonte de renda, mas também o provedor direto de alimentos básicos, estabelecendo uma conexão direta entre o trabalho do agricultor e sua própria subsistência.

Além da produção para subsistência, muitos agricultores familiares destinam parte de sua produção para o mercado. Essa dualidade na utilização

da terra reflete a necessidade de equilibrar a autossuficiência com a geração de renda, muitas vezes contribuindo para a economia local.

Para João Pedro Machado e Souza, (2023) agricultor familiar enfrenta desafios, como mudanças climáticas, acesso limitado a recursos e competição no mercado. No entanto, a resiliência é uma característica marcante, impulsionada pelo profundo cuidado com a terra e pela compreensão íntima de suas complexidades.

A relação do agricultor familiar com a terra é multifacetada, envolvendo não apenas uma questão econômica, mas também aspectos culturais, sociais e ambientais, crenças e rituais podem refletir uma conexão mais ampla com a comunidade e a história local. Esse cuidado profundo com a terra não só sustenta a vida cotidiana do agricultor e de sua família, mas também contribui para a preservação de práticas agrícolas sustentáveis e para a resiliência das comunidades rurais. (MACHADO, 2023).

3.1 Agricultura Familiar e Reforma Agrária Popular no âmbito do MST

A Reforma Agrária Popular objetiva democratizar o acesso à terra na sociedade, para atingir esse objetivo, o Estado utiliza de mecanismos legais como a desapropriação de grandes latifúndios e a redistribuição entre camponeses sem terra. Para João Pedro Stédile (2016) a reforma agrária tem sido um instrumento clássico de redistribuição da riqueza desde a Antiguidade. A luta pelo direito à terra é antiga, porém, o primeiro registro de uma luta pela reforma agrária foi na Revolução Francesa com a redistribuição das propriedades feudais. (STEDILE, 2016)

No século XX, houve uma intensificação da reforma agrária, diversas políticas de redistribuição de terra foram adotadas em âmbito mundial, mesmo com a variedade de sistemas políticos e ideologias, de modo geral, todas elas foram associadas ou influenciadas de algum modo pela esquerda política, um dos respaldos legais que proporcionaram a reforma agrária, foi o estabelecimento dos tamanhos das propriedades. Para Miguel Carter (2010)

Em um sentido amplo, a intensificação da reforma agrária no século XX pode ser explicada por uma série de fatores demográficos, econômicos, sociais e políticos. O rápido crescimento da população

mundial fez com que as terras cultiváveis passassem a ser um bem mais escasso. Apesar da acelerada urbanização do planeta, naquele período a maior parte da sua população ainda morava em comunidades rurais e sobrevivia da lavoura. A modernização econômica gerou uma pressão para transformar os padrões tradicionais de uso e controle da terra e, assim, aumentar a produtividade agrícola. Aliada a isso, uma redução gradual, porém inexorável, do isolamento rural devido a mudanças tecnológicas na comunicação e no transporte gerou um contexto diferente para a promoção de mudanças da estrutura fundiária. (CARTER, 2010, p.47)

A questão agrária do Brasil se expressa na acentuada concentração fundiária e desigualdade, pois se perpetua a estrutura fundiária da era colonial, no século XVI, oligárquicos, latifundiários e patrimonialistas sob exploração agrária sustentada pelo trabalho escravo. Dessa forma, essa construção histórica da expropriação colonial, estabeleceu as raízes da desigualdades sócio territorial que perdura até hoje no país.

A reforma agrária conservadora do Brasil é o resultado de muitas questões, porém a mais significativa é a construção política da acentuada desigualdade agrária no Brasil. A atual estrutura fundiária originou-se na era colonial e foi mantida até hoje por meio de diversas práticas políticas. A sociedade brasileira nasceu com fortes traços oligárquicos, ancorados em uma poderosa classe latifundiária e um Estado débil e patrimonialista. (CARTER, 2010, p.61)

Durante o século XX, o Brasil passou por um intenso processo de luta pela reforma agrária, retrocessos e contradições, na década de 1950 ocorre as primeiras atividades camponesas de luta pela reforma agrária com a organização de movimentos sociais do campo e da esquerda política na região Nordeste, ganhando mais força e extensão na década de 1960, porém interrompido pelo golpe militar de 1964, com o apoio dos latifundiários.

As primeiras atividades camponesas pela reforma agrária no Brasil ocorreram na década de 1950, na empobrecida região Nordeste. Essas mobilizações ganharam mais força e extensão durante o início dos anos 1960. O primeiro decreto nacional de reforma agrária, entretanto, foi frustrado dias após sua promulgação pelo presidente João Goulart, pelo golpe militar de 1964. A instauração de um regime autoritário foi apoiada por setores conservadores, em especial os representantes da classe latifundiária. Nesse novo contexto, desatou-se uma ampla repressão aos novos movimentos sociais do campo e seus aliados na esquerda política e eclesial. (CARTER, p.37.)

Após a derrota da tentativa de uma reforma agrária, o regime militar teve o controle da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Igreja e os líderes dos partidos de oposição, nesse período houve avanços progressistas, promulgando uma lei de reforma agrária: Estatuto da

Terra, Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964 que atendia os interesses dos Militares e grandes latifundiários e “amenizava” a lutas dos movimentos opositores.

O Estatuto da Terra foi a primeira lei de reforma agrária no Brasil, ela foi promulgada durante a ditadura militar, o objetivo dessa lei não era de fato a aplicação dela, mas sim amenizar os conflitos no campo, baseado em uma modernização técnica da agricultura, favorecendo o agronegócio, agroindústrias e a exploração territorial e dos recursos naturais da Amazônia. Para Bernardo Mançano Fernandes (2010, p.163)

No mesmo ano do golpe militar, o novo governo elaborou o Estatuto da Terra. Essa foi a primeira lei de reforma agrária na história do Brasil. O objetivo do governo não era aplicar a lei, mas, sim, controlar os conflitos por terra. Sua política agrícola tinha como referência o modelo da denominada “revolução verde”, baseado na modernização técnica da agricultura. Esse modelo considera somente a expansão agrícola do capitalismo, sem contemplar a agricultura camponesa. O governo militar tentou minimizar os conflitos de terra com a implantação de projetos de colonização na Amazônia, mas essa política de fomentar a migração camponesa não diminuiu os conflitos por terra nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país.

Durante todo o período do regime militar, priorizou-se o processo de “modernização conservadora”, com técnicas modernizadoras, a elite agrária teve os benefícios da proteção do Estado na valorização dos patrimônios e grandes latifúndios, programas e projetos especiais, defesa fiscal e financeira do setor rural. Segundo Guilherme Costa Delgado (2010, p.81)

A modernização conservadora do campo nasce com a derrota do movimento pela reforma agrária. Mas também responde à política agrícola da década de 1950, dominada excessivamente pela prioridade à valorização cafeeira. Nesse período houve crescimento significativo nos indicadores técnicos de modernização agropecuária, aumento e diversificação da produção e expressiva alteração no padrão técnico do setor rural, que passa a se abastecer de forma crescente de meios de produção oriundos da indústria, apoiado fortemente pela política de crédito rural do período.

Para Delgado (2010), nesse período, a agricultura se destacou no desenvolvimento econômico com o agronegócio e a agroindústria interagindo com o setor industrial, urbano e comércio exterior ficou conhecida como a “idade do Ouro”.

Esse período histórico (1965-1982) constitui-se com muita clareza na “idade de ouro” do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo,

sob forte mediação financeira do setor público. Nesse período houve crescimento significativo nos indicadores técnicos de modernização agropecuária, aumento e diversificação da produção e expressiva alteração no padrão técnico do setor rural, que passa a se abastecer de forma crescente de meios de produção oriundos da indústria, apoiado fortemente pela política de crédito rural do período. (IDEM, 2010, p.86)

Embora houvesse repressão dos movimentos sociais de luta pela reforma agrária, houve articulação entre a CONTAG e os sindicatos, que continuaram a articulação de oposição ao Estado de forma discreta.

Um novo ciclo de mobilizações por terra irrompeu com força no início da década de 1980, de modo especial, na região Sul do Brasil. Ele surgiu com o apoio de uma rede progressista no meio religioso e a assistência de vários sindicatos de trabalhadores rurais, em um contexto de intensa modernização agrícola, crescentes demandas na sociedade civil pela restauração da democracia e o declínio gradual do regime militar. (CARTER, 2010, p.38)

Com a retomada do regime democrático, das articulações dos trabalhadores, surgiram os movimentos sociais, por meio disso consolidou-se o MST, instituído nacionalmente em janeiro de 1984. Em pouco tempo, o MST tornou-se o maior movimento social da América Latina em oposição às políticas neoliberais e em defesa de uma urgente reforma agrária na agenda pública do Brasil. Um ano mais tarde, em 1985, foi aprovado o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária.

Com o MST, reorganiza-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Comissão Pastoral da Terra é fortalecida e surgem várias organizações não governamentais em apoio ao Fórum Nacional pela Reforma Agrária. Segundo Fernandes (2012, p. 496)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento socioterritorial que reúne em sua base diferentes categorias de camponeses pobres – como parceiros, posseiros, minifundiários e trabalhadores assalariados chamados de sem-terra – e também diversos lutadores sociais para desenvolver as lutas pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças na agricultura brasileira. A luta é dimensionada em vários setores de atuação do movimento, como a produção, a educação, a cultura, a saúde, as políticas agrícolas e a infraestrutura social.

O MST é um movimento social que busca promover a reforma agrária popular, por meio da ocupação de terras improdutivas, teve um papel fundamental problematizar colocar no debate e trazer para o cenário político nacional a questão agrária, desempenhando um papel significativo na

discussão sobre a questão agrária, dando maior visibilidade e despertando interesse internacional pela temática.

E a partir de então, o movimento se consolidou com base em três objetivos mobilizadores que perduram até hoje: a luta pela terra, por reforma agrária e por transformação social. Esses objetivos norteiam a necessidade de conquistar o acesso à terra, política de Reforma agrária pautada pelo Estado, os direitos e a permanência no campo das comunidades que nela vivem e trabalham. E a luta constante em transformar as relações de poder na sociedade, em favorecimento à classe trabalhadora e camponesa. (MST, 2019)

A luta do MST vai além da conquista de terras, ao trazer à tona a questão da autonomia camponesa, o movimento destaca a importância de garantir não apenas o acesso à terra, mas também condições para que os trabalhadores rurais possam desenvolver suas atividades de forma autônoma e sustentável, isso implica em questões como acesso a recursos, tecnologia, educação, assistência técnica entre outros. (FERNANDES, 2012)

A resistência do MST na dinâmica do capitalismo no campo é evidenciada pelo confronto direto com grandes latifúndios e interesses econômicos que muitas vezes predominam sobre as necessidades das comunidades locais. A busca pela autonomia camponesa idealiza o rompimento com um modelo agrário que historicamente marginalizou e explorou os trabalhadores rurais. O movimento defende a ideia de que a reforma agrária é essencial para promover uma distribuição mais justa de terras e recursos, contribuindo assim para reduzir as desigualdades sociais. (CABRAL, 2021)

É fundamental reconhecer que a questão agrária vai além da distribuição de terras; ela está intrinsecamente ligada a questões sociais, econômicas e ambientais. O MST, ao colocar em pauta a autonomia camponesa, destaca a importância de abordar essas questões de maneira holística, visando não apenas a posse da terra, mas também a capacidade de viver de maneira sustentável e autônoma dentro dela. (MST, 2021)

Desde o início, as ocupações de terra se tornaram a forma como o movimento se apresenta à sociedade sendo é um ato de questionamento da

função social da propriedade e de denúncia que determinada terra não está cumprindo sua função social, como previsto na Constituição.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o direito à propriedade deve atender a função social, para que a República Federativa do Brasil possa atender aos fundamentos de construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantindo o desenvolvimento nacional, erradicando a pobreza e reduzindo as desigualdades sociais e regionais. Nesse sentido, cabe à União desapropriar terra por interesse social, os imóveis que não cumpram sua função social, conforme artigos 184 e 186 da Constituição Federal:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL 1988)

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I - Aproveitamento racional e adequado;
- II - Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988)

Desse modo, a função social da terra segue a mesma linha dos objetivos defendidos pelo MST, para que tenha uma utilização consciente da terra, dos recursos naturais e a constante preservação do meio ambiente. Para Marcelo Dias Varella (1998), é preciso descentralizar o acesso à terra, para que ela cumpra sua função social, contribuindo para a construção da soberania nacional.

A realidade social impôs a necessidade de atualizar a luta pela reforma agrária. Desta forma, o conceito de reforma agrária clássica passa a ser substituído pelo conceito da reforma agrária popular, que agora traz em sua dimensão não apenas a necessidade de terra para quem nela trabalha, categoria central na década de 1980 e 1990, mas a necessidade de produzir alimentos saudáveis a toda população, adquirindo o caráter popular da reforma agrária. (VARELLA, 1998)

Cada vez mais a luta pela reforma agrária também é pauta urbana, pois o modelo destrutivo ao meio ambiente atinge a população rural e população que vive nos grandes centros urbanos, a contaminação e escassez de água, envenenamento de alimentos por agrotóxicos, mudanças climáticas e os inchaços nas grandes cidades são apenas alguns exemplos da intrínseca relação entre as questões agrária e urbana na atualidade. (MST, 2020)

A reforma agrária deixa de ser interesse apenas das populações que vivem no campo e se transforma numa necessidade do conjunto da sociedade. Da mesma forma, os camponeses sozinhos não são mais capazes de alterar a correlação de forças para reorganizar a estrutura fundiária. Ela só será possível quando as populações das cidades também compreenderem a necessidade de realizá-la. (STÉDILE, 2016)

Nesse contexto, a luta pela terra passa a girar em torno da disputa pelo modelo agrícola. Se anteriormente o principal adversário era o latifundiário tradicional, hoje ele se tornou muito mais poderoso. Isso ocorre porque os proprietários de terras se uniram a grandes multinacionais do setor, ao sistema financeiro e aos meios de comunicação de massa. Estes últimos são responsáveis por disseminar, ideologicamente, a visão de agricultura promovida pelo agronegócio.

A organização da produção agrícola nacional deve ter como objetivo principal a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (transgênicos), para toda a população, aplicando o princípio da soberania alimentar. A política de exportação de produtos agrícolas deve ser secundária, focando na adição de valor aos produtos e evitando a exportação de matérias-primas.

O conceito de reforma agrária popular vai além das questões produtivas e abrange a construção de novas relações humanas, sociais e de gênero, abordando questões como machismo e lgbtfobia. Ele inclui garantir o acesso à educação em todos os níveis no meio rural e promover formas autônomas de cooperação entre trabalhadores rurais e a integração política com as massas urbanas.

A democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, a produção de alimentos para e com a população, e o cultivo de ambientes sustentáveis

com técnicas agroecológicas, livres de agrotóxicos e sementes transgênicas são objetivos centrais. Além disso, é fundamental desenvolver a produção e as relações sociais no campo por meio de associações, cooperativas e agroindústrias, e garantir acesso à cultura e à educação pública de qualidade. (MST, 2021)

O campo deve ser um espaço de bem-estar, livre de violências, oferecendo à população rural oportunidades e condições de vida digna. Deve-se assegurar que os direitos trabalhistas sejam garantidos e que as relações de trabalho se baseiem na cooperação e na luta contra a alienação de classe, garantindo que o acesso à terra e seus frutos assegurem subsistência e soberania nacional, acima do lucro. Além disso, o racismo, que se manifestam como discriminação racial ou étnica, afeta comunidades rurais, indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais, que frequentemente enfrentam discriminação e perda de terras devido a processos históricos de colonização.

No Brasil, vimos que o Estado atua abertamente em benefício dos setores dominantes no campo e na cidade, o que impõem limites à organização dos trabalhadores, à realização da reforma agrária, traduzidos na criminalização das lutas sociais em defesa do acesso à terra, em defesa da água, e pelo assassinato de famílias de posseiros, sem terra, quilombolas, indígenas protagonizado por policiais e grupos armados, na grande maioria dos casos sem punição do Estado. O agronegócio atua na sociedade brasileira para além do envenenamento dos alimentos. Ele imprime processos de desterritorialização, alta concentração fundiária, esgotamento do solo e contaminação do meio ambiente, trabalho escravo, violência, perseguição política, adoecimento capazes de representar a morte no campo.

Este é o projeto de desenvolvimento fortemente incentivado pelos últimos governos no Brasil e fortemente apoiado pelo atual governo. Caberá aos defensores da reforma agrária recuperar as estratégias fundamentais para seu avanço, presentes na pedagogia das ocupações rurais e urbanas. A luta pela emancipação política ainda é uma bandeira capaz de ferir de

morte aquele que ousa lutar pelo direito à vida no campo. Superar esta condição é tarefa de todos.

3.2 Ciência Tecnologia Social na Agricultura Familiar.

A luta pela terra, as reivindicações superam a dimensão pontual e temporal, orientados por um projeto de sociedade que se confronta com o atual projeto do capital. Maria Damasceno (2016) destaca que os movimentos políticos coletivos se organizam e lutam tendo por meta as construções de relações recolocam em pauta nas suas vivências a relação dialética igualdade, liberdade nas condições de justiça, solidariedade e democracia (DAMASCENO, 2016).

Para Regina Helena Rosa Sambuichi (2017) a prática agroecológica coletiva, possibilita saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero por meio do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão social e ambiental das comunidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, sustentabilidade, promovendo a integração campo com a cidade e troca de saberes na, segurança alimentar e nutricional. (SAMBUICHI 2017).

Um estudo realizado pelo Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília-UnB aponta que a transição agroecológica possibilitou a emancipação do grupo de mulheres, permitindo que elas constituíssem uma identidade própria, com espaços bem delimitados dentro do assentamento. Hoje são respeitadas pelo trabalho que desenvolvem e a renda complementar que geram tem importância significativa na manutenção das famílias.

Vale lembrar que é considerado agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos requisitos de que não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento. (BRASIL, 2006)

A lógica da produção agroecológica atua na conservação do solo, respeitando a natureza e na produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos.

Tal lógica de trabalho e de organização social promove interlocução de saberes e encontro de culturas.

A inserção da agricultura familiar em políticas públicas possibilita além da transversalidade, o incentivo e renda aos pequenos produtores rurais, a Lei Federal n.º 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos Estados e prefeituras para a execução da alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar. De acordo com Altair Toledo Machado (2008, p. 38)

O fortalecimento de políticas públicas voltadas para a conservação e para o uso sustentável da agrobiodiversidade e o estímulo às pesquisas dirigidas à agricultura familiar e à agroecologia são considerados requisitos fundamentais à adoção de um modelo de agricultura sustentável, essencial à segurança e soberania alimentar.

Assim, assegurar a existência de políticas públicas de fomento à pequena agricultura agroecológica possibilita a garantia dos direitos sociais básicos tais como trabalho, terra, educação, saúde, moradia e alimentação. Também se insere a o incentivo a prática da tecnologia social na agricultura familiar a questão sociotécnica e o conhecimento científico-tecnológico, pois a função de uma tecnologia é proveniente de elementos culturais como aponta Andrew Feenberg (2010)

A Tecnologia Social e a agroecologia têm objetivos comuns, ambas realizam a crítica à tecnologia convencional, defendendo uma perspectiva mais sustentável e acessível, e apontando para outra racionalidade, permeada por valores sociais como emancipação, cooperação e autonomia. Para Fabiana Augusta Alves Jardim (2004, p. 26) a tecnologia social é um “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida.”

Desse modo, a função da tecnologia social se refere ao propósito designado de um conjunto de possibilidades orquestradas na característica de uma tecnologia. São “as possibilidades de utilização que, a partir de um contexto cultural, aferem significado à tecnologia”, negando, portanto, a neutralidade da tecnologia. (FEENBERG, 2010, p.175).

Para Renato Dagnino (2010) o processo de construção sociotécnica e os processos de instrumentalização explicam a constituição dos objetos e sujeitos da ação técnica abstraindo-os de seu ambiente sociotécnico possibilitando um intercâmbio cultural. A proposta da Agroecologia vai ao encontro do que tem sido debatido em termos de Tecnologia Social e compartilham de dois aspectos comuns: a crítica à tecnologia convencional e a participação social dos que se envolvem com elas.

A ação humana é considerada fundamental pela literatura agroecológica e converge com o segundo aspecto comum à Tecnologia Social: a participação social. A visão mecanicista que dominou e ainda influencia o mundo da ciência nunca conseguiu valorizar os aspectos humanos, éticos e ecológicos da realidade (GOMES, MEDEIROS, 2009, p.273).

Nesse sentido, a Tecnologia Social também pode ser considerada como o resultado de diferentes interações epistêmicas sobre um processo ou artefato, em que a integralidade do ser humano, de seu contexto sócio-histórico e a preservação do meio ambiente são refletidas e privilegiadas (JESUS, DAGNINO, 2012).

A prática agroecológica de produção transmite conhecimentos, sendo caracterizadas atividades próprias do ser humano, sejam elas realizadas individual ou coletivamente o que para Vanessa Brito de Jesus (2014) “tanto a Tecnologia Social (TS) quanto a Agroecologia buscam transformações na forma como o mundo está “dado” e em como pode vir a ser.” Ambas se orientam por uma perspectiva sustentável permeada por valores sociais como solidariedade, cooperação e autonomia. (JESUS, 2014)

A gestão coletiva de equipamentos, organizacionais disponíveis não é apenas um ato de consumo de tecnologia, mas oportunidade de adequação de sua experiência prévia em direção ao conhecimento por parte do/as trabalhadores/as quanto aos aspectos produtivos sendo ajustes e a adoção de soluções imprevistas são maneiras de proceder à hibridização das tecnologias “antigas” com componentes novos.

A visão de Tecnologia enquanto mera execução e manipulação de técnicas, enquanto sinônimo incontestado de progresso, corresponde aos princípios de uma razão instrumental e acirra ainda mais o encobrimento das contradições inerentes de uma racionalidade própria de um modelo econômico excludente e centralizador, que fetichiza a técnica e retifica o indivíduo. É preciso despertar para a

compreensão da íntima relação da tecnologia com a história e percebê-la enquanto produto humano historicamente situado, passível de diversas influências e relações como também comprometida e responsável por consequências possíveis de seu uso e manipulação. Ou seja, a produção tecnológica está envolta num profundo contexto histórico e cercada por influências e escolhas bem definidas. Não é uma entidade própria, mas se constitui na própria história. Portanto, há a necessidade da consciência da historicidade e finalidade da produção tecnológica e suas dimensões.(VALE,2003).

Para Feenberg (2010), para a ressignificação da tecnologia, relacionando com a capacidade interior do ser humano de perceber o mundo, de vivenciá-lo em uma determinada cultura e a partir de um campo de experimentação. A utilidade da ciência e da técnica, na agricultura familiar necessita de mecanismos educacionais e pesquisa sociotécnica no âmbito da agroecologia, as abordagens dos estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) a busca de alternativas para os modos de produção alimentar agroecológicos alinham-se com as formas de resistência do campesinato.

4 GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Uma contribuição importante para o conceito de gênero é o texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” da Joan Scott 1995. Para a autora, gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos sendo uma forma primária de dar significado às relações de poder. Portanto Gênero é um conceito relacional, vê um em relação ao outro, visa distinguir a dimensão biológica da dimensão social, considerando que gênero significa que homens e mulheres são construção da realidade social e não determinados pela anatomia de seus corpos. (SCOTT, 1995).

A partir dos estudos de gênero é possível problematizar os significados do que é ser mulher e do que é ser homem e como esses conceitos podem se modificar em distintos contextos históricos. Considerando o contexto do sistema capitalista, a partir da ótica do conceito de gênero fica evidente que as relações estabelecidas entre homens e mulheres não são de igualdade, são relações de hierarquia e de poder dos homens sobre as mulheres. Para

Heleieth Saffioti (2004), o gênero é uma categoria relacional, um conceito amplo e rico, carregado de ideologia, justamente a ideologia patriarcal, que cobre uma estrutura de poder desigual entre mulheres e homens. Sendo assim, o gênero está longe de ser um conceito neutro.

Através da opressão e do poder, que esse modelo capitalista se impõe e que são expressões das diversas desigualdades sociais, se fazendo necessário entendê-las como um processo sócio-histórico da sociabilidade do capital e do sistema patriarcal. Para a autora, gênero pode ser entendido como um sistema de:

Símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos; grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais; identidade subjetiva, divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades; uma gramática sexual, regulando não só as relações homens/mulheres, mas também homem/homem e mulheres/mulheres; construção social do masculino e do feminino. (SAFFIOTI, 2004, p. 45)

O patriarcado, por sua vez, pode ser entendido como um sistema com estruturas históricas e políticas que se modificam ao longo do tempo, perpassando por diversas dimensões da vida em sociedade, tais como o trabalho remunerado, o trabalho não remunerado, o Estado, a sexualidade e as instituições culturais. Esse sistema oferece aos homens um poder sobre as mulheres, configurando uma relação hierárquica e uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2004)

As relações de gênero em uma sociedade capitalista, perpassa todas as realidades e todas as questões, sendo determinada pelo universo da reprodução do capital, à qual se dá o nome de “produção”. Do ponto de vista do capital, apenas o trabalho que contribui diretamente para a sua acumulação é denominado “produtivo” gerador de riquezas, o que leva também ao conceito de divisão sexual do trabalho produtivo (SCOTT, 1998).

A divisão sexual do trabalho está associada à construção social histórica de relações desiguais e hierarquizadas de poder e opressão capitalista. Para Danièle Kergoat (2000), no sentido dessa construção histórica deve-se ampliar o conceito de trabalho para além do trabalho assalariado, ou do trabalho “produtivo” que possibilite contemplar as atividades desenvolvidas por mulheres como o trabalho doméstico ou de cuidado. (KERGOAT, 2000)

Dessa maneira às desigualdades de gênero repousam sobre uma norma social que associa o feminino ao espaço doméstico e familiar e responsabiliza unicamente às mulheres ao pelos cuidados da família. A divisão sexual do trabalho está relacionada com a representação social do ser mulheres e do ser homem na nossa sociedade, ou seja, em última instância, o valor social do trabalho que é dado a partir de quem o executa e não pela natureza do trabalho em si (HIRATA; KERGOAT, 2000)

Devemos considerar ainda que as desigualdades de gênero e raça estão indiscutivelmente ligadas à opressão capitalista nas relações de poder classista. Segundo a filósofa estadunidense Ângela Davis (2018)

O feminismo envolve muito mais do que a igualdade de gênero. E envolve muito mais do que gênero. O feminismo deve envolver a consciência em relação ao capitalismo – quer dizer, o feminismo a que me associo. E há múltiplos feminismos, certo? Ele deve envolver uma consciência em relação ao capitalismo, ao racismo, ao colonialismo, às pós-colônias, às capacidades físicas, a mais gêneros do que jamais imaginamos, a mais sexualidades do que pensamos poder nomear. O feminismo não nos ajudou apenas a reconhecer uma série de conexões entre discursos, instituições, identidades e ideologias que tendemos a examinar separadamente. Ele também nos ajudou a desenvolver estratégias epistemológicas de organização que nos levam além das categorias “mulher” e gênero. (DAVIS, 2018, p.99)

Historicamente há uma divisão social entre domínio público e privado, nessa dicotomia os homens são considerados naturalmente da esfera pública e devem desempenhar o papel de provedor da família, as mulheres, por sua vez, estariam limitadas à esfera privada, sendo-lhes atribuído o papel de cuidado, consubstanciando, assim uma divisão sexual do trabalho, aponta Gilmária Salviano Ramos (2013).

Com as transformações no cenário socioeconômico, com as revoluções culturais e a força do movimento feminista no século XX, novas configurações sociais foram surgindo, possibilitando as mulheres participarem da esfera pública do trabalho considerado até então como produtivo. Essas transformações, todavia, não ocorreram na mesma proporção que os homens foram assumindo as responsabilidades no trabalho doméstico e familiar e do cuidado. Para a socióloga Carmem Silva (2005) na esfera familiar, essas responsabilidades permanecem, em grande medida, a cargo das mulheres. Essa divisão de trabalho continua gerando uma dupla/tripla jornada de trabalho

para as mulheres e mantendo uma identificação do homem com o espaço público e as mulheres com o espaço reprodutivo. (SILVA, 2005)

Os afazeres domésticos, por longo período histórico, não foram considerados como trabalho, o que dificultava o trabalho das mulheres e possibilitou que as atividades realizadas pelos homens fossem mais valorizadas. A partir de estudos sobre o trabalho doméstico que foi possível discutir a divisão sexual do trabalho. Essa forma de divisão do trabalho é fruto de uma divisão social estabelecida nas relações sociais entre os sexos, divisão essa modulada histórica e socialmente (Hirata; Kergoat, 2007).

A divisão sexual do trabalho atribuiu e naturalizou o cuidado para as mulheres e a produção material para os homens, tarefa considerada de prestígio e que confere poder dentro da sociedade. A atribuição social do cuidado ao feminino, primeiramente, limitou a vida das mulheres ao espaço privado, e posteriormente, com as transformações socioeconômicas e a busca de independência feminina, marcou desvantagens em relação aos homens na atuação econômica e social.

Conforme argumenta Maria Cristina Aranha Bruschini (2006), o tempo econômico masculino é sempre maior do que o feminino e, por sua vez, o tempo feminino na reprodução social é maior do que o masculino. Segundo a autora, não há uma contrapartida de redução do tempo dedicado por elas à reprodução social, acontece apenas uma adição do tempo econômico ao da reprodução social.

A relação entre produção e reprodução se materializa na relação entre trabalho remunerado e não remunerado, e nas relações sociais entre os sexos. Como "destino natural dos sexos" se define a produção e a remuneração aos homens, e a reprodução e o trabalho não remunerado às mulheres. É a dicotomia entre o público e o privado se consubstanciando trabalho remunerado e não remunerado.

Para Bila Sorj (2004), o trabalho remunerado e o não remunerado são duas dimensões do trabalho social que estão intimamente relacionadas, prevalecendo a noção de que o trabalho para o mercado e a atividade doméstica são guiados por diferentes princípios, pois as regras do mercado se aplicam à produção, e o trabalho doméstico seria a contrapartida das mulheres no casamento pelo seu sustento.

A divisão sexual do trabalho é o que elucida o estreito vínculo entre trabalho remunerado e não remunerado. Articulando a esfera da produção econômica e da reprodução social, foi possível observar que as obrigações domésticas limitavam o desenvolvimento profissional das mulheres, implicando carreiras descontínuas, salários mais baixos e empregos de menor qualidade (Bruschini, 2006).

Essa mesma divisão reforça estereótipos que associam o homem ao trabalho pesado, penoso, sujo, insalubre, algumas vezes perigoso, já, a feminilidade ao trabalho leve, fácil, limpo, que exige paciência e minúcia (Hirata, 1995).

Essa oposição entre o masculino e o feminino, no entanto, vem sendo colocada em xeque à medida que as mulheres ocupam mais funções ditas masculinas no mercado de trabalho e na vida pública e os guetos femininos passam também a ser ocupados por homens. Vale ressaltar que o adensamento de mulheres nos espaços historicamente masculinos não significa alteração na essência da divisão social do trabalho, pois ainda há hierarquização do trabalho masculino como de maior valor do que o trabalho feminino.

As mudanças e as permanências da divisão do trabalho entre homens e mulheres ao longo da história revelam tanto o poder de persistência quanto de variabilidade das formas de trabalho dos homens e das mulheres. A divisão sexual do trabalho e as relações desiguais de gênero continuam marcando a vida das mulheres, particularmente das mulheres camponesas.

4.1 A Invisibilidade/ Visibilidade do trabalho das Mulheres camponesas.

De acordo com os dados do IBGE (2017) aproximadamente 15 milhões de mulheres viviam na área rural em 2017, o que representava 47,5% da população residente no campo no Brasil. No entanto, apenas 19% dessas mulheres eram identificadas como produtoras rurais e 50% como economicamente ativas. Cerca de 30% dessas mulheres ganham entre meio e um salário-mínimo e aproximadamente 30%, não têm rendimento. (IBGE, 2017)

A organização das mulheres camponesas é bastante antiga, mas as raízes das associações autônomas de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil estão relacionadas a atividades dos comitês eclesiais de base das décadas 1960 e 1970. O movimento sindical da década de 1980 também impulsionou este processo, destacando-se o surgimento de organizações, em 1984, em Santa Catarina (DEERE, 2004).

Muitos são os desafios que as mulheres camponesas enfrentam para a conquista da igualdade de gênero e a valorização de seu trabalho. O distanciamento das mulheres camponesas das tecnologias do trabalho agrário e seus conhecimentos estão relacionados aos modelos de gestão ainda existentes na zona rural e que colocam as mulheres em posição hierárquica inferior aos homens. Para as pesquisadoras Teresa Kleba Lisboa e Mailiz Garibotti Lusa (2010), o trabalho feminino ainda é considerado como complemento do trabalho do homem, dificultando o acesso a linhas de créditos, financiamentos e insumos.

Na década de 1980, surge no Brasil diversos movimentos sociais, dentre esses os movimentos de mulheres, na região sul surgiu o Movimento de Mulheres Agricultoras, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) que inicialmente teve como objetivo a articulação das trabalhadoras para ocupar espaços nos sindicatos e nas cooperativas, a luta pelo reconhecimento como profissionais “produtoras rurais” e não mais como do “lar” como era usualmente, luta por direitos trabalhistas, benefícios trabalhistas e seguridade social.

Posteriormente passaram a ser discutida nesse movimento a “questão de gênero”, o que ampliou para mais regiões do Brasil e articulando com os demais movimentos de mulheres por meio de atividades conjuntas com pautas feministas de igualdade de gênero, que suscitou vários questionamentos quando as relações tradicionais de gênero, dominação patriarcal, invisibilidade do trabalho da mulheres, entre outros.(MMTR, 2022)

Os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais são espaços importantes de fortalecimento das mulheres enquanto sujeita política de direitos, embora haja muitos desafios a serem enfrentados, esses espaços possibilitam formação da rede de apoio de luta e de fortalecimento para emancipação individual e coletiva dessas mulheres trabalhadoras rurais, que

constroem juntas o seu reconhecimento do seu trabalho, dos direitos e da visibilidade das mulheres camponesas.

As mulheres trabalhadoras rurais sem terra exercem um importante papel nas organizações, além de se envolverem em todo o movimento, possibilitando maior visibilidade e participação.

A luta das mulheres Sem Terra faz parte do reconhecimento da importância que tem a agricultura familiar na sociedade, a valorização do trabalho dessas mulheres é a valorização da agricultura familiar e o valor que têm para a sociedade as pessoas que produzem essa agricultura. Diante disso, as mulheres camponesas ocupam um papel fundamental no contexto da agricultura familiar, desde o trabalho na agricultura bem como no trabalho que se estende para o cuidado, trabalho esse tão importante quanto o as inúmeras atividades desempenhadas por essas mulheres.

Compreender que a invisibilidade do trabalho das mulheres é um fato histórico marcado pela dominação patriarcal em que a relação de poder e a subordinação é uma característica da acumulação capitalista, é fundamental analisar que a igualdade de gênero é uma luta que está cada vez mais em evidência sendo a divisão sexual do trabalho uma pauta imprescindível em todas as categorias de trabalho. (SAFFIOTI, 2004)

O reconhecimento do trabalho das mulheres rurais faz parte do processo de emancipação da classe trabalhadora ao acesso aos meios de produção da agricultura familiar, acesso à terra e resistência ao processo de expropriação, principalmente se tratando de trabalhadoras rurais que historicamente sujeitos marginalizados economicamente, politicamente e ideologicamente. (MMC,2022)

A desigualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho tanto no meio urbano quanto no rural está ligada a uma formação social histórica que naturaliza e determina os papéis de homens e mulheres na sociedade. Para Antunes,

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (1999, p. 109).

O conceito de gênero aqui utilizado traz os questionamentos quanto a opressão das mulheres nas relações sociais, dominada pela relação de poder do patriarcado resgatando o gênero como uma construção social, apesar de ótica capitalista essa discussão precisa ser pauta de objetivo de mudanças, pois não é um conceito neutro e pode ser construído e entendido como relações igualitárias. Para isso a importância de compreender que o patriarcado é um regime de dominação e subordinação em que o homem ocupa a posição de poder na família. Para Barbara Madruga Cunha (2014, p.154).

O patriarcado é, por conseguinte, uma especificidade das relações de gênero, estabelecendo, a partir delas, um processo de dominação-subordinação. Este só pode, então, se configurar em uma relação social. Pressupõe-se, assim, a presença de pelo menos dois sujeitos: dominador (es) e dominado (s).

A invisibilidade do trabalho da mulher rural se expressa de várias maneiras, pelo não reconhecimento enquanto trabalhadora, pela naturalização do trabalho doméstico como uma ajuda, pela não autonomia financeira, pelas várias violências presente no campo e naturalizada, e pela falta de dados das mulheres trabalhadoras camponesas, isso pode impactar diretamente nas políticas públicas e conseqüentemente na viabilização dos direitos dessas mulheres.

Os movimentos de mulheres há mais de 37 anos, assume um importante papel na luta por direitos das mulheres rurais ao reforçar que a luta pela visibilidade da mulher camponesa é uma pauta coletiva. (MMC, 2023)

Com a luta, o movimento conquistou o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, o salário maternidade, a aposentadoria das mulheres da roça aos 55 anos, entre outros direitos. Nesse contexto, o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural e do direito à previdência social foram importantes pontos de partida para a constituição de articulações na garantia dos direitos das mulheres camponesas. (LISBOA e LUSA, 2010)

O Movimento continua lutando contra o patriarcado, contrária ao modelo agrícola capitalista baseado no latifúndio e no agronegócio. Em defesa da saúde de qualidade, pela construção de novas relações sociais e de gênero, por políticas públicas que atendam aos interesses das camponesas e

camponesas e pelo fim de todas as formas de violência e opressão.

No Movimento as categorias de mulheres, rural, camponesa, agricultora extrativista e outras compõem um mosaico de autodefinição que faz emergir categorias geradoras de uma identidade em torno da qual elas se organizam para reivindicar direitos e políticas específicas. Um ‘feminismo camponês’, baseado em suas práticas diárias trazendo as emergentes das questões associadas ao campo e ao campesinato, assim como das questões específicas ligadas a mulheres e ao feminismo.

Ao longo da década de 1990, os movimentos foram aprofundando a discussão do que as mulheres identificavam como questões de gênero e recebendo mais influências das ideias feministas. Mas foi somente em 2004, depois de muito debate, que o termo camponesa substituiu o termo agricultora, representando a soma das diversidades e fortalecendo a permanência no campo, aponta Nilda Franchi (2011)

Na trajetória do Movimento, coexistem, na sua práxis e na sua construção discursiva, duas condições, a de mulheres e a de camponesa. É interessante reforçar que estas duas condições, mesmo vistas como categorias, não se colocam como hierárquicas; são percebidas muito mais como imbricadas do que sobrepostas, e isto tem influência relevante no estabelecimento dos projetos políticos, e, também, das práticas sociais associadas.

A leitura é de que, para essas mulheres, as categorias as conformam, e são interseccionais. A interseccionalidade chama a atenção sobre o fato de que as diversas categorias não prevalecem umas sobre as outras, não são superpostas, senão coexistentes, explicando diversidades que ficam ocultas sob o rótulo de ‘mulheres’. (LUGONES, 2008)

A ideia de um ponto de vista próprio à experiência e ao lugar que as mulheres ocupam cede lugar à ideia de um ponto de vista próprio à experiência da conjunção das relações de poder de sexo, de raça, de classe, o que torna ainda mais complexa a noção mesma de “conhecimento situado”, pois a posição de poder nas relações de classe e de sexo, ou nas relações de raça e de sexo, por exemplo, podem ser dissimétricas. A interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política. (Hirata, 2014 p. 61)

A ausência de reconhecimento do trabalho em uma sociedade capitalista pode privar o reconhecimento enquanto ser social e político, tirando dessa mulheres o direito à autonomia, assim como a liberdade de participação ativa nos espaços representativos, o não reconhecimento do trabalho doméstico acarreta na ampliação da jornada do trabalho da mulheres, sendo assim, a necessidade da luta pela igualdade de direitos e pelo fim de qualquer forma de violência, opressão e exploração praticada contra a mulheres trabalhadora, pela produção de alimentos saudáveis, pela construção de um projeto de agricultura ecológico e pela luta e libertação da mulheres. (MMC,2023)

Considerando a importância dos movimentos sociais trazerem em suas pautas a questão de gênero e possibilitar uma análise crítica das desigualdades de gênero, raça e classe, dentro da proposta de educação popular no MST, neste sentido destaca a obra *Pertencimento e Ensinando a Transgredir* de Bell Hooks. (HOOKS, 2017, p. 57-58).

(...) Trabalhando com uma pedagogia crítica baseada em minha compreensão dos ensinamentos de Freire, entrei na sala partindo do princípio de que temos de construir uma “comunidade” para criar um clima de abertura e rigor intelectual. Em vez de focar a questão da segurança, penso que o sentimento de comunidade cria a sensação de um compromisso partilhado e de um bem comum que nos une. Idealmente, o que todos nós partilhamos é o desejo de aprender – de receber ativamente um conhecimento que intensifique nosso desenvolvimento intelectual e nossa capacidade de viver mais plenamente no mundo. Segundo minha experiência, um dos jeitos de construir a comunidade na sala de aula é reconhecer o valor de cada voz individual.

As relações de gênero vão se reproduzindo na sociedade por meio de instituições e de instrumentos, entre eles a escola, reprodutores, na sociedade, da ideologia da classe dominante. Por isso, acreditamos que nossos princípios filosóficos e pedagógicos colaboram diretamente com o Setor de Gênero.

4.2 Divisão sexual do trabalho na agricultura familiar

A agricultura familiar está fortemente atrelada à manutenção de papéis socialmente definidos para os membros da família, o que geralmente são definidos com base nas relações de gênero, permeados pela dominação e subordinação estabelecidas pelo patriarcado. (SAFFIOTI, 1987).

O patriarcado dita atribuições e papéis sociais específicos por gênero, atendendo aos interesses do capitalismo, causando uma correlação de forças enquanto ao homem o status de poder e dominação e a mulheres a naturalização do papel de cuidado, mesmo ela participando das atividades, ditas masculinas. Conforme Losandro Antonio Tedeschi (2009). Essa dominação do patriarcado possui um caráter histórico, ideológico, hierarquizado e opressor.

A atribuição dos papéis sociais atende o interesse do grupo social dominante por meio de uma correlação de forças e impõe sistemas de valores e modelos de comportamentos voltados à satisfação de suas necessidades. Neste sentido, o patriarcado atribui determinados papéis sociais de gênero. (TEDESCHI, 2009, p. 156).

As mulheres camponesas assumem importante papel na produção agrícola, essas mulheres trabalham juntamente com os homens, exercendo o mesmo trabalho. No entanto, muitas vezes as tecnologias necessárias para esse tipo de produção são fabricadas para uso de homens, dificultando para as mulheres o manuseio de máquinas desses instrumentos essenciais para o trabalho rural. Este é um exemplo, entre tantos possíveis, para explicar a necessidade destas mulheres buscarem por seus direitos de igualdade de gênero e visibilidade social. (LISBOA, LUSA, 2010)

O cotidiano da organização do trabalho no meio rural se baseia na divisão do ambiente doméstico e unidade produtiva, essa divisão atribui ao homem o papel central de produção enquanto as mulheres estão na esfera reprodutiva. Evidenciando nesse cotidiano um espaço de tensões e disputas e correlações de forças reforçando práticas, hábitos e ideologias que acentuam essa divisão sexual do trabalho na agricultura familiar.

Essa divisão sexual do trabalho coloca as mulheres sujeitas às precárias condições de vida no campo, reafirmando a divisão socialmente atribuída quanto à invisibilidade das mulheres no âmbito do trabalho na agricultura familiar.

[...] as relações hierárquicas entre homens e mulheres, tendo a figura do pai o centro das decisões e do poder, a agricultura familiar é lugar de opressão intrafamiliar que, no entanto, é vivenciada de modo naturalizado (PERDONSIN, 2014, p.45)

Na agricultura familiar as mulheres não apenas são as principais responsáveis pelas atividades de manutenção do núcleo familiar, mas

desempenham papel fundamental no trabalho relacionado às lavouras e criações, porém a atuação das mulheres na produção não é reconhecida e é pouco valorizada. Como aponta a pesquisadora e assistente social Celecina de Maria Vera Sales (2007), embora exista esse não reconhecimento do trabalho, as mulheres camponesas estão inseridas nesse contexto desde muito jovens, muitas vezes acompanhando a rotina de trabalho dos pais.

O trabalho das mulheres naturalmente invisibilizado, faz com que as atribuições domésticas inerentes ao cuidado, ou trabalhos considerados leves sejam destinadas às mulheres, enquanto ao trabalho na agricultura é tido como “ajuda”. Esse não reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres influencia na ampliação da jornada de trabalho das mulheres, pois após a jornada na roça ainda tem as atribuições do trabalho doméstico.

Porém, ainda há muitas mulheres inseridas no trabalho rural que não são remuneradas, normalmente as que exercem o trabalho no contexto familiar e cresceram fazendo estas atividades. Por terem apenas a experiência do trabalho familiar e não terem outras experiências profissionais registradas, a remuneração geralmente está relacionada a trabalhos artesanais e produção de alimentos para venda de forma autônoma.

Estudo realizado pela pesquisadora feminista Johan Scott (2007), observa-se que em relação aos homens as mulheres rurais têm mais instruções e experiências no trabalho domiciliar, já que se inserem ainda na adolescência. Porém, recebem menor remuneração do que os homens pelo mesmo trabalho exercido. Neste estudo, percebemos a desigualdade de gênero no trabalho rural, sendo desde muito precocemente as mulheres consideradas de menor importância do que os homens.

Além disso, o trabalho rural destas mulheres, muitas vezes, não é considerado, pois é visto como uma extensão do trabalho doméstico, já que os afazeres rurais delas podem girar em torno da residência.

5. O TRABALHO DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO CONTESTADO

5.1 O Assentamento Contestado

O Assentamento Contestado, campo escolhido para a realização da pesquisa, está localizado na Lapa, região metropolitana de Curitiba, cerca de 70 km da capital.

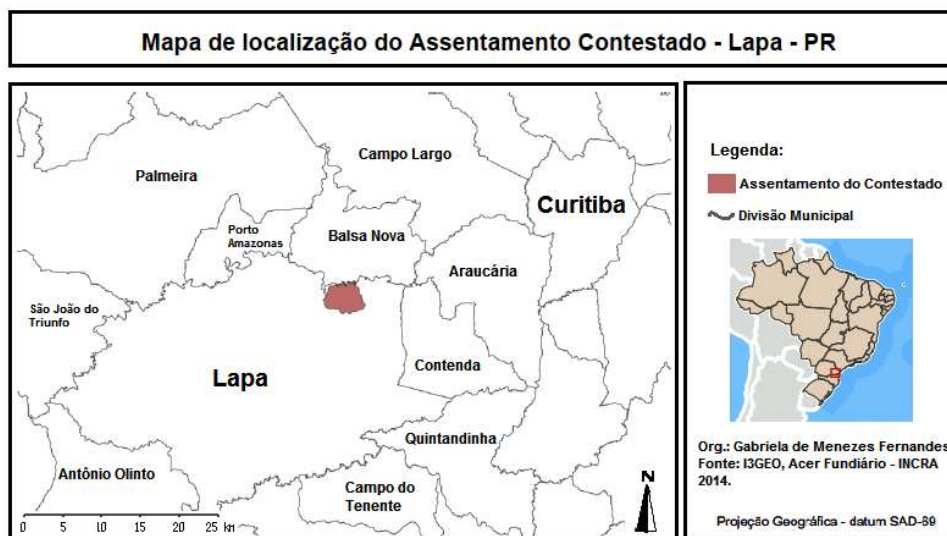
O Município da Lapa, destacado na figura 1, está situado no Estado do Paraná, com área de cerca de 2.110,39 km². De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população da Lapa é de aproximadamente 48.500 habitantes, sendo 17.710 no meio rural e 27.222 no meio urbano. O município é conhecido por sua importância histórica no Brasil. Conhecido economicamente por atividades agrícolas, pecuárias, industriais e turísticas.



Figura 1: Mapa município da Lapa, Paraná, Brasil: FONTE: IPARDES

O Assentamento Contestado, destacado na figura 2 foi conquistado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no ano de 1999, após a desapropriação do território para fins de reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Figura 2 - Mapa de localização do assentamento Contestado.



Fonte: Gabriela de Menezes Fernandes (2014).

A propriedade pertencia à empresa Incepa e foi desapropriada por ter dívidas com a União e por não cumprir a função social da terra prevista na Constituição Federal de 1988 “A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos”. No dia 17 de fevereiro de 1999, a propriedade foi ocupada por 40 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que acamparam e começaram a luta pelo assentamento.

Figura 3: Imagem do dia da ocupação da área, em 7 de fevereiro de 1999



Fonte- Arquivo MST

O assentamento possui 3.200 hectares, dos quais 1240 hectares são áreas de proteção e ambiental, 700 hectares de reflorestamento, remanescente das atividades realizadas antes da ocupação e instalação do assentamento. Dentro deste território, em 2024, estavam instaladas 160 famílias, divididas em seus lotes individuais que contavam com 10 a 15 hectares, onde encontram suas residências e cultivam seus alimentos.

Além disso, há área de uso coletivo, na qual se encontram a Sede da Cooperativa Terra Livre e também as instalações da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), Escola Municipal, Colégio Estadual do Campo Contestado, Unidade Básica de Saúde, Espaço Cultural dentre outros espaços de uso coletivo.

Figura 4: Imagem de mística no Assentamento Contestado



Fonte: Publicado em 21 de outubro de 2016 em [ELAA](#)

O Assentamento é organizado em 10 núcleos de bases⁴ constituídos de 10 a 15 famílias cada. Estes núcleos provêm das necessidades do próprio MST em organizar e estimular a ligação entre as famílias e os dirigentes para consolidar a base do movimento. Dessa maneira, o

⁴ Os Núcleos de Base têm como principal objetivo organizar e articular os militantes e sua base, sendo um lugar de estudo, discussão e aplicação das linhas políticas do MST encaminhadas às tarefas relacionadas às lutas do Movimento e contribuindo com o crescimento político e formação ideológica de todos os trabalhadores rurais ligados ao Movimento. (SANTANA, 2013)

assentamento é organizado em uma estrutura participativa e democrática na qual são tomadas as decisões do movimento e as famílias se organizam em núcleos que discutem as necessidades de cada área. Nesses núcleos são escolhidos os coordenadores e as coordenadoras do assentamento, tornando-os instâncias de decisão para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores/as, um homem e uma mulher. (MST, 2022)

O assentamento Contestado transformou a história da área, sendo caracterizado pela sua diversidade cultural. As 160 famílias assentadas são originárias de várias regiões do Brasil e atuam por meio da agricultura familiar na produção de alimentos, saúde, educação e cultura. Além da produção agroecologia, como modo de produzir alimentos saudáveis e respeito a natureza, no assentamento é possível ter acesso à saúde popular com tratamentos homeopáticos e de benzedadeiras, além do acesso à educação e cultura, a partir de escolas que atendem desde os anos iniciais na educação no campo até o nível superior com a Escola Latino-Americana de Agroecologia e do centro cultural com diversas atividades culturais e artísticas. (MST, 2019).

A Escola Latina Americana de Agroecologia é sediada no assentamento desde 2005 e tem como objetivos:

- propor e desenvolver os elementos que compõem uma nova matriz tecnológica, que é a agroecologia.
- ser um local de troca de conhecimentos e experiências entre os camponeses.

A partir do trabalho coletivo, fruto da luta pelo acesso à educação superior, idealizada pela Via Campesina e os movimentos sociais, a ELLA oferece o curso de Tecnólogo em Agroecologia e alguns cursos de licenciatura em Educação do Campo em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e Universidade Federal do Paraná (UFPR) Setor Litoral. Os cursos são voltados para educandos/as de todo o Brasil e América Latina.

Neste sentido, conta a possibilidade do ensino teórico e com práticas e experiências agroecológicas realizadas no assentamento como campo de pesquisa, e na prática agroecológica como meio produtivo e que representa a resistência e emancipação da agricultura camponesa na luta contra o capital.

Para Gabriela de Menezes Fernandes e Vinicius Antonio Banzato Facco (2015)

Esta peculiaridade, que é a ELAA, presente no assentamento demonstra as especificidades que cada local abarca e a influência que esta particularidade exerce dentro deste território, o qual busca maior autonomia frente às ações de subordinação que o capitalismo desempenha dentro do espaço rural, através do agronegócio. (Idem, 2015 p.95)

O assentamento ainda é baseado na produção agroecológica, com base na agricultura familiar, que permite uma boa relação com a natureza, cuidados com a biodiversidade e com a qualidade de vida com a proposta de comercializar os produtos orgânicos do assentamento bem como a produção para autoconsumo.

Para subsidiar no desenvolvimento produtivo, em 2010, foi fundada no assentamento contestado a Cooperativa de Agroindústria e Comércio Terra Livre, com objetivo de estimular o desenvolvimento progressivo e a defesa de atividades econômicas e sociais, de caráter comum, envolvendo os assentados da Reforma Agrária, agricultores familiares, faxinalenses, quilombolas, entre outros. Até 2015 eram 230 sócios da diversidade camponesa, como aponta o pesquisador e morador Adriano Lima Santos (2015)

A Cooperativa viabilizou a comercialização da produção agroecológica certificada e assistência técnica que tem como objetivo coletivizar maquinário e facilitar a troca de conhecimento contribuindo para a não subordinação ao modelo do agronegócio. A principal fonte de comercialização da cooperativa é o mercado institucional, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Figura 5. Lavouras agroecológicas coletivas do assentamento Contestado



FONTE - Foto: Wellington Lenon

O assentamento conquistou uma Unidade Básica de Saúde (UBS), que conta além do atendimento público universal, também com a Saúde Popular, por meio de terapias naturais como bioenergia e chás.

O período da pandemia Coronavírus, o assentamento em conjunto com o coletivo Marmitas da Terra, atuou efetivamente em várias ações de solidariedade, desde o plantio coletivo, colheita limpa das áreas de cultivo de feijão, legumes, hortifrutis em geral, todos produzidos de forma agroecológica, passaram a garantir a maior parte dos ingredientes necessários para a produção de 1.100 refeições distribuídas em Curitiba. (MST,2022)

Atualmente residem no assentamento 196 famílias sendo 555 pessoas no assentamento.

5.2 Metodologia e Procedimentos da Pesquisa de Campo

Para a execução desta pesquisa, foi utilizada uma metodologia qualitativa que envolve um conjunto de técnicas e procedimentos de pesquisa utilizados para compreender e descrever fenômenos complexos e subjetivos, como crenças, valores, atitudes e comportamentos. Essa abordagem é baseada na coleta de dados não estruturados, como entrevistas, observações e análise de documentos, e na interpretação

desses dados para identificar padrões, significados e relações (FONSECA, 2013).

A pesquisa qualitativa, com sua ênfase na compreensão aprofundada, encontra respaldo na observação da autora Laurence Bardin (2011) propõe um método de análise de conteúdo que se destaca pela sua abordagem sistemática e estruturada. Dividido em categorias de análise, codificação e interpretação, este método oferece uma estrutura robusta para explorar dados qualitativos de maneira rigorosa.

Para subsidiar as análises e contextualizar a pesquisa, o referencial teórico utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica, constituído, principalmente, de livros, revistas, artigos científicos, dissertações e Teses. Buscou-se, assim, resgatar historicamente os conceitos de gênero, patriarcado e divisão sexual do trabalho, identificar como ocorre a divisão sexual do trabalho na agricultura de base familiar, além de dar visibilidade às conquistas históricas das mulheres camponesas no contexto das lutas dos movimentos sociais, algumas considerações e pontos adicionais para reflexão, considerando os impasses diante de uma conjuntura controversa, onde legitimar e defender outro projeto societário se faz necessário.

Por meio de um roteiro de entrevista semiestruturado dividido em dois eixos, o primeiro foi identificar a percepção das mulheres quanto ao trabalho. O segundo eixo consistia em conhecer a atuação das mulheres no trabalho na agricultura familiar:

Nesse sentido, as questões que foram abordadas nas entrevistas foram:

(1) Quais são as atividades desenvolvidas diariamente?

(2) Você considera quais atividades como trabalho?

(3) Quais atividades mais gostam de realizar?

Gostaria de fazer outra atividade?

4) Quais as atribuições no trabalho na agricultura?

(5) Quem contribui com as atividades domésticas e ou de cuidado?

(6) Você considera que os equipamentos de manuseio na agricultura são acessíveis para o trabalho das mulheres?

A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas na qual participaram dez mulheres trabalhadoras rurais assentadas no assentamento Contestado do município da Lapa – Paraná.

Esta pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa envolvendo seres humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, número do parecer: 6.301.924.

As entrevistas foram realizadas no período de março a maio de 2024. Para as entrevistas, inicialmente foi feito um contato por meio de WhatsApp, no qual foi apresentado a temática da pesquisa e marcado dia e horário com as trabalhadoras.

No momento da entrevista foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE /TCUISV, apresentado o tema da pesquisa e o roteiro da temática semiestruturada. Todas as trabalhadoras iniciaram a fala se apresentando e contextualizando todo o processo de luta pela terra, desde o início do processo de acampamento, rotinas de trabalho na agricultura, relações familiares, participação enquanto mulher nos espaços de luta, entre muitas outras questões que estavam além do questionário e que foram essenciais para somar e contribuir para a pesquisa.

As entrevistas fluíram sem qualquer intercorrência e tiveram a duração média de uma hora. A escolha por aplicar a pesquisa no Assentamento se deu devido à vivência da pesquisadora na comunidade presença, além da proximidade e familiaridade da entrevistadora a esses locais, por ser sua região de origem.

As informações coletadas por meio das entrevistas foram tabuladas e transcritas para posterior análise, para a qual foi utilizado o método de análise de conteúdo de acordo com a realidade das trabalhadoras rurais que veremos no próximo tópico.

A análise de conteúdo desempenhou um papel crucial na pesquisa qualitativa em organizações, proporcionando uma compreensão aprofundada dos fenômenos sociais. Sua flexibilidade permite adaptar-se às nuances organizacionais, revelando significados subjacentes e dinâmicos intrincadas que escapariam a abordagens mais estruturadas. (Bardin, 2011)

As três fases do método, pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, ofereceram um guia para a análise, garantindo consistência e validade nos resultados obtidos.

A análise de conteúdo, fundamentada nas contribuições de Bardin, surge como uma ferramenta indispensável na pesquisa aplicada a organizações. Ao transitar entre teoria e prática, qualitativo e quantitativo, essa abordagem se revela vital para desvendar a complexidade dos fenômenos sociais, consolidando-se como um instrumento valioso na caixa de ferramentas do pesquisador social. Além disso, a análise de conteúdo permite uma abordagem sistemática e rigorosa para examinar os dados, o que é essencial para garantir a validade e a confiabilidade da pesquisa qualitativa.

Para Bardin (2011), o termo análise de conteúdo é: um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Para a autora a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais, conforme o esquema de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados inferência e a interpretação.

Na segunda fase, ou fase de exploração do material, são escolhidas as unidades de codificação, adotando-se os seguintes procedimentos de codificação a escolha de categorias, classificação e agregação que permite reunir maior número de informações à custa de uma esquematização e assim correlacionar classes de acontecimentos para ordená-los. Assim, num movimento contínuo da teoria para os dados e vice-versa, as categorias vão se tornando cada vez mais claras e apropriadas aos propósitos do estudo.

Diante da metodologia de análise de conteúdo, definimos as seguintes categorias:

- 1) A Luta pela Terra do Acampamento ao Assentamento Contestado;
- 2) A Trajetória de Inserção das Mulheres na Reforma Agrária;
- 3) Mulheres e a participação no Movimento.
- 4) Caracterização das unidades familiares de produção.

5) Divisão sexual do Trabalho no Assentamento Contestado.

5.3 As Trabalhadoras entrevistadas

Foram entrevistadas 10 (dez) mulheres, trabalhadoras rurais assentadas no assentamento Contestado. No quadro 1 (um), apresentamos as entrevistadas com nomes de referência de mulheres que organizaram a resistência nos movimentos sociais, mas o patriarcal acabou por apagar seu protagonismo de suas histórias.

Quadro 1 - Apresentação geral das mulheres entrevistadas

Entrevistada	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Composição Familiar
Clara Camarão	29	Técnico em administração	viúva	Dois filhos
Negra Zeferin	46	Magistério - Pedagogia	casada	Companheiro e três Filhos
Luiza Mahin	22	Ensino Médio	solteira	Duas Filhas
Nísia Floresta	38	Técnico em enfermagem	casada	Companheiro, 1 filha
Maria Firmina do Reis	48	Técnico em Saúde	casada	Companheiro 2 filhos
Margarida Alves	54	Fundamental	casada	Companheiro 3 filhos
-Elizabeth Teixeira	54	Sem escolaridade	casada	Companheiro 10 filhos 2 netas
Roseli Nunes	29	Superior Pedagogia	casada	companheiro
Margarida	40	Ensino médio	casada	Companheiro, 5 filhos, 3 netos
Maria Lima	53	Ensino médio	casada	Companheiro 1 filha

Fonte: Dados da pesquisa. Entrevistas realizadas com as mulheres (2024).

Todas as entrevistadas residem em uma unidade de produção denominado “Lote”, caracterizado como de agricultura familiar, pois sua dimensão está entre 13,8 e 40 hectares, atendendo ao que estabelece a Lei da Agricultura Familiar (11.326, de 24 de julho de 2006), em seu Art. 3º, inciso I “não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais”. (BRASIL, 2006)

Nas falas das entrevistadas foi possível observar a importância do pertencimento ao assentamento e ressaltando a titularidade da terra. Destaca-se que no contrato do lote com o INCRA constam o nome da mulher, garantindo a titularidade, pois elas participam de todo processo de luta pelo direito ao acesso à terra, até o cadastro como beneficiárias do programa de reforma agrária.

As entrevistadas relataram que anteriormente, nos contratos dos lotes, não constava nenhuma menção à sua posição na unidade de produção familiar, somente os dados do “Titular” e outro campo denominado “Cônjuge”, para indicar as situações de casamento. Sendo o titular compreendido como “chefe da família”, raramente constava o nome da mulher como titular e chefe de família.

De acordo com a Instrução Normativa número 38 de 13 de março de 2007 INCRA que dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária, as trabalhadoras são titulares dos lotes da reforma agrária, independentemente do seu estado civil. Em caso de dissolução de casamento ou de união estável, o lote permanecerá com a mulher, desde que os filhos estejam sob sua guarda. (INCRA, 2007)

Art. 2º Os procedimentos e instrumentos de Inscrição de Candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária serão adequados para garantir a participação das mulheres, independentemente do seu estado civil. [...]

Art. 3º A família chefiada por mulher será incluída e terá preferência, dentre os critérios complementares, na Sistemática de Classificação das Famílias Beneficiárias da Reforma Agrária.

Art. 4º Nos instrumentos e procedimentos de implantação dos Projetos de Reforma Agrária, tanto o nome da mulher quanto do homem constará, independentemente do seu estado civil

Art. 5º Nos casos de dissolução do casamento ou da união estável será assegurada a permanência da mulher como detentora do lote ou parcela, desde que os filhos estejam sob sua guarda. [...] (BRASIL, 2007)

No Censo da Reforma Agrária de 1996, verificou-se que apenas 12% dos beneficiários da reforma agrária eram mulheres titulares de terras. Em 2002, uma pesquisa realizada pela FAO/Unicamp revelou que 87% dos títulos de terra emitidos pelo Incra eram destinados a homens, evidenciando a persistência dessa desigualdade. O II Plano Nacional de Reforma Agrária

(PNRA) assumiu o desafio de enfrentar o “padrão secular de subordinação e negação das mulheres rurais enquanto sujeitos políticos e econômicos do mundo rural”, reconhecendo que cabe ao Estado implementar políticas para superar essa situação de desigualdade social (MDA, 2004, p. 23).

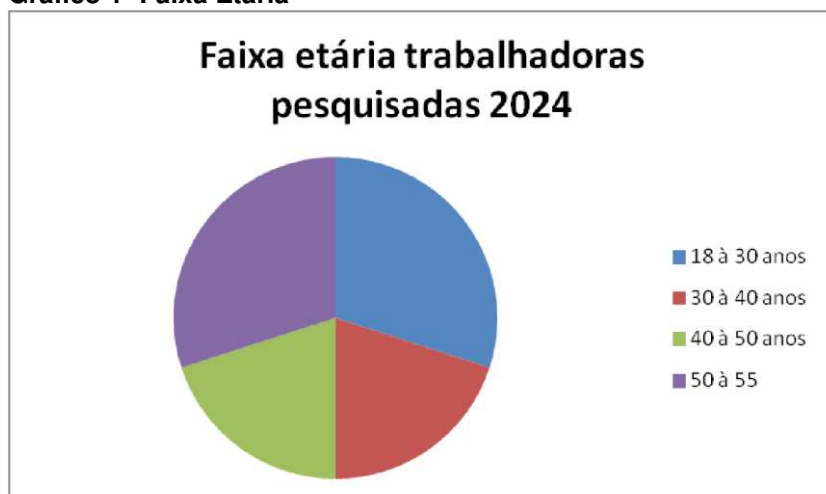
Durante o diálogo com uma das trabalhadoras, Elizabeth Teixeira menciona:

Essa semana uma vizinha veio aqui em casa avisar que vai ter uma reunião com as mulheres que ainda não atualizaram o cadastro no INCRA, porque agora a prioridade é das mulheres. Antes as mulheres que se separavam iam embora sem direito a nada. Minha filha se separou e saiu porque o lote estava no nome do marido. É injusto porque os filhos sempre ficam com a mãe né.

Diante dessa informação é possível observar que após anos de vigência da normativa o movimento está articulando para garantir os direitos das mulheres assentadas. Essas ações do MST são fundamentais para garantir que os assentados tenham acesso a informações relevantes, possam tomar decisões informadas e participar ativamente da vida comunitária e política.

As mulheres trabalhadoras que participaram desta pesquisa tinham idade entre 22 (vinte e dois) e 54 (cinquenta e quatro) anos. As idades das entrevistadas também evidenciam a diversidade de idade das mulheres no assentamento. Destaca-se a questão da diversidade geracional na qual muitas filhas/filhos e netas/netos estão residindo no assentamento, o que é algo essencial para a continuidade da agricultura familiar no assentamento.

Gráfico 1- Faixa Etária



FONTE: PESQUISA REALIZADA COM AS AGRICULTORAS FAMILIARES (2024)

Esses dados apresentados no gráfico refletem a importância das políticas de incentivo à permanência na agricultura familiar, a partir de incentivos a uma melhor infraestrutura, acesso à tecnologia e à educação nos assentamentos. Para incentivar a permanência no meio rural, são necessárias constantes lutas, em outubro de 2023, a juventude do campo elaborou uma cartilha denominada “Propostas da Juventude para o Campo” com várias propostas para garantir acesso à terra e garantia de soberania popular. (MST, 2023)

Importante observar que três entrevistadas eram filhas de pais assentados que ainda residiam e trabalhavam na agricultura familiar do Assentamento. Além de mães e pais que residem no Assentamento, as entrevistadas também relataram que seus filhos que constituíram família e residem na mesma unidade familiar, conforme relato da entrevistada:

Aí eu tive os 3 filhos né, eles nasceram e cresceram aqui, o mais velho agora que está tocando lote, para dar um pouco de descanso para nós (os pais), o (nome do filho) está fazendo agronomia pelo movimento lá no Rio Grande do Sul e o mais novo já tem 17 anos está no colégio agrícola aqui na Lapa (NEGRA ZEFERIN).

Quando questionada sobre o que seria “tocando o lote”;

ah eu e pai dele estamos cansados, trabalhamos a vida inteira para criar eles né, agora o (nome do filho) casou e fez uma casinha para ele ali perto da nossa, aí tem a netinha de 2 meses né, para ter renda ele precisa trabalhar, aqui o trabalho formal é na Lapa ou Balsa nova, então pra ficar perto da família deixamos para ele cuidar do lote, ele planta milho, colhe e ajuda na horta né. Com o financiamento compramos um trator e assim consegue plantar o lote todo, daí tem as vaquinha e porcos dele também. (NEGRA ZEFERIN)

Realidade também vivida pela trabalhadora Elizabeth Teixeira:

hoje, somos seis, casal, meu filho mais novo e minha filha que veio morar aqui depois que separou, ela tem 2 filhas, minhas netinhas, aí tenho um filho que se casou com uma moça aqui no assentamento, aí eles têm o lote deles, os outros (quatro filhos) estão na vivendo na cidade, eles têm os trabalhos deles, uma foi pra estudar, já se viram né?! Ela foi estudar, fez o Enem e tirou nota boa, conseguiu uma bolsa de estudo né, ela já terminou a faculdade, conseguiu um emprego bom, passou no concurso, mas ela continua morando em Curitiba por causa do trabalho e dos estudos, fazer o que né? Aqui não tem emprego para área dela né, mas ela sempre vem pra cá visitar, passar as férias [...]

Quatro das entrevistadas relataram que têm filhos que saíram para estudar e conseguiram oportunidade de trabalho nos meios urbanos e não retornaram ao assentamento, duas entrevistadas tiveram filhos que saíram para trabalhar e estudar e após algum tempo retornaram e contribuem no trabalho na agricultura, alguns retornam com famílias (companheiros e filhos).

A partir das entrevistas, verificou-se que a maioria das famílias, são formadas por um casal, seus filhos e netos. Em alguns casos, os filhos adultos constroem casas no mesmo lote dos pais e continuam o trabalho na agricultura familiar. O trabalho das mulheres, filhas e netas que dão seguimento às atividades na unidade de produção familiar. Conforme relato da trabalhadora Maria Firmina do Reis os filhos com idade de 15 anos;

Aqui eles plantam verduras para eles também, dá uma autonomia financeira. Eles se sentem pertencentes. Eles ganharam o primeiro dinheiro com trabalho deles, o projeto é no meu nome, mas nossa, é um incentivo já, né? Eu espero que eles fiquem por aqui porque se criou assim, né, as coisas mudaram e hoje em dia não precisam sair pra ganhar dinheiro fora, então agora eu estou vendo que as pessoas ainda têm uma possibilidade de renda aqui dentro, né?

Destaca-se que, de acordo o Censo Agropecuário 2017, em comparação com 2006, houve um aumento da população idosa no campo:

Pessoas com mais de 65 anos representam 21,4% dos moradores de áreas rurais, sendo que em 2006, quando foi realizado o último levantamento representavam 17,52%, na faixa de 55 a 65 anos passou de 20% para 24%. Enquanto isso, a população mais jovens, com idade entre 25 anos e 35 anos, são 9,48% do contingente, bem abaixo dos 13,56% do censo anterior. O grupo entre 35 e 45 anos de idade encolheu para 18,29%, quando em 2006 era de 21,93%."

Essa informação revela a importância de ações de incentivo às políticas da agricultura familiar para jovens em assentamentos e o papel do movimento na educação popular e educação do campo.

Gráfico 2- Escolaridade das trabalhadoras

FONTE: PESQUISA REALIZADA COM AS AGRICULTORAS FAMILIARES (2024)

Quanto ao indicador escolaridade, conforme gráfico 2, é possível observar que uma das mulheres não possui escolaridade. Ao ser questionado sobre os motivos de não ter acessado a educação, a mesma ficou um tempo pensativa e relata que sempre residiu longe de escola, e quando casou se dedicou aos cuidados dos filhos e não tinha tempo para estudar, mas fez questão de que todos os filhos estudassem: “aqui até tem a escola né, mas com a idade é mais difícil aprender, minhas filhas me ensinaram escrever e a ler, mas não tenho mais disposição pra enfrentar escola.” (Elizabeth Teixeira)

Os dados sobre escolaridade das entrevistadas expressam, todavia, que o assentamento possibilitou o acesso à educação. Cinco das mulheres entrevistadas relataram que a escola do assentamento possibilitou a continuidade da educação. Destaca-se que a educação sempre foi prioridade para o movimento:

A Educação é uma das áreas prioritárias de atuação do MST, que desde a sua origem desenvolveu processos educativos e incluiu como prioridade a luta pela universalização do direito à escola pública de qualidade social, da infância à universidade. Entendendo que o acesso e permanência é fundamental para inserir toda a base social na construção de um novo projeto do campo e pelas transformações socialistas. Nesse sentido, o MST busca construir coletivamente um conjunto de práticas educativas na direção de um projeto social emancipatório, protagonizado pelos trabalhadores e trabalhadoras. (MST, 2021)

No assentamento, com existência ativa da política de educação do campo e com a Escola Latino-Americana de Agroecologia, os assentados têm

acesso à educação desde os anos iniciais até o ensino superior. Nas entrevistas, foi possível observar que a educação é uma das conquistas que as trabalhadoras falam com orgulho, conforme Negra Zeferin “aqui temos a universidade que vem estudante do mundo todo, sempre tem estudantes de fora aqui e muitas universidades vem visitar o assentamento”.

O relato da Negra Zeferin apresenta a importância da educação para a comunidade

Na verdade, quando eu vim para cá em 1999 eu já vim porque eu tinha acabado o magistério e dentro das ocupações sempre o pessoal quer logo começar uma escola, né? Aí eu lembro que o meu irmão falou, vamos junto pra lá porque você acabou o magistério pode ajudar a começar a escola. Eram todas professoras mulheres. Teve um homem no processo é que tinham mais escolaridade, que já tinha ensino médio, que tinha magistério, né, e que tinha alguma experiência assim com a educação. E a gente começou a escola aqui, né? (NEGRA ZEFERIN)

Todas as trabalhadoras entrevistadas passaram por longo processo de acampamento rural do MST, antes de serem assentadas e relatam que durante esse processo as filhas e filhos estiveram juntos e sem acesso à escola, o que contribuiu para que valorizassem a educação, mas também o acesso à terra, tema da próxima sessão.

5.4 "A Luta das Mulheres do Acampamento ao Assentamento Contestado

As relações de gênero no Setor de Gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, parte do princípio de que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades. Para que isso ocorra, algumas ações pautam-se em princípios pedagógicos e filosóficos são implantados em todos os espaços de lutas como; acampamentos, assentamentos, escolas bem como a composição de espaços de direção que conta com representatividade. (MST,2023)

Com relação ao processo de luta, desde a inserção no MST em que se inicia por meio do diálogo e aproximação com as pautas do movimento, o processo de ocupações em acampamentos rurais e a conquista de um lote em assentamento pode levar anos, o que exige disponibilidade para vencer os desafios de um acampamento e muita luta para ter acesso à terra. Conforme os relatos das trabalhadoras, todas moravam em outros municípios do Estado do Paraná, passaram por mais de dois acampamentos em locais diferentes.

Três delas relataram a espera de mais de 4 anos para serem assentadas, sendo que duas percorreram mais de 400km para vir residir no Assentamento Contestado em condições de assentadas, conforme relato da Maria Firmina do Reis :

Vim morar no assentamento em 2015, faz nove anos que moro no assentamento contestado. Eu vim da cidade de Campo Mourão, trabalhava na cidade. Eu sou formada em técnico de odontologia saúde bucal, trabalhei desde 1994, trabalhava de secretária, de dentista, depois eu fiz concursos e passei em um município da região metropolitana. Em 2015, nas férias vim cá ficar 30 dias lá fazendo um teste, se eu gostasse viria morar aqui. Quando Ah, meu Deus, sem telefone, né, porque não tinha torre, não tinha, tinha uma televisãozinha preto e branca assim dentro do quarto, minhas mudanças, tudo lá, a impressão usa o colchão da dede, daí jogamos no chão, dormiu tudo no chão, daí veio o frio. Falei, meu Deus, que frio é ele, que frio é que frio? Falei, não vem no primeiro ano, não tem frio, daí no segundo ano eu falei, que frio? [...] Estava acostumada com a vida e o trabalho na cidade, não me imaginava morando no sítio, nem sabia diferenciar as plantas e não fazia ideia como seria a vida em assentamento. No início chorava por largar minha família longe 450 km, né? Minhas amigas falavam assim, aí, eu não vejo você no sítio matando galinha, mexendo com corte, eu não te vejo, morando na roça. (MARIA FIRMINA DO REIS)

Os relatos resgatam a memória de passagem por vários acampamentos até finalmente serem assentadas no assentamento contestado: “Aí a gente ficou acampado ali (acampamento) morando em barraco por ano e meio, foi aqui (assentamento) foram em três lugares.” (Negra Zeferin)

Uma das entrevistas menciona que morava em uma comunidade em Curitiba e aos 12 anos, quando sua mãe decidiu ir para um acampamento do MST, também definiu que queria ter uma morada digna em um lugar que pudesse plantar seu próprio alimento e ter melhores condições de vida, pois a única renda da família era o salário do pai. A partir dessa decisão, ela com amigas da comunidade se organizaram e foram para uma ocupação do MST.

[...] tinha 12 anos quando eu fui para o acampamento, minha irmã tinha 2 e meu irmão 15, minha mãe foi antes, eu fiquei morando com meu pai, estudando porque não tinha estava no meio do semestre, aí fiquei para terminar o ano. Meu pai falou assim, aí, não sei o que é que a tua mãe vai fazer lá, daí falei assim, ué, ela foi atrás de um teto que ela não tem, porque você vive jogando na cara dela, que aqui é teu. (MARGARIDA ALVES)

O relato de vivência da participante Margarida Alves, demonstra como foi sua experiência residindo 15 anos em meio urbano, porém não perdeu a esperança em ter acesso à terra e produzir seus próprios alimentos. Além de

trazer uma reflexão sobre camponeses migrar para centros urbanos em busca de melhores condições de vida, a trabalhadora relata que existe uma ilusão sobre a vida na cidade e que as, até que elas em conjunto com outras mulheres têm conhecimento do MST e se inserem no movimento e mais tarde em acampamento:

[...] eu cheguei lá no acampamento antes de fazer meu barraco queria plantar, arroz e feijão. Aquele sonho né? Andamos entre 8 km para ir plantar. Porque antes de casar e ir morar em Curitiba eu morava no sítio, fui criada na roça, daí foram para a cidade no visual da cidade, né ilusão! Daí morei 15 anos em Curitiba. Daí quando acampeí veio a lembrança e eu disse vou plantar então feijão, arroz para colher tudo. (MARGARIDA ALVES)

Os depoimentos de nove mulheres entrevistadas apresentaram que enfrentaram um processo dificultoso de acampamentos marcados por vários despejos que ocorrem sempre de forma violenta. As entrevistadas relatam ainda as dificuldades para morar em um barraco de lona e chão batido, com pouca alimentação e agasalhos. No acampamento, presenciaram a luta das outras mulheres que precisavam cuidar das crianças, plantar e colher o alimento.

Das dez trabalhadoras entrevistadas, seis participavam ativamente nas demandas e articulação do movimento sem-terra. A participação refere-se aos processos de organização de espaços de discussão, mobilização nos grupos de bases bem como organização de eventos externos, como encontro das mulheres, ocupações e manifestações de ruas.

Destaca-se que, a pauta de luta política de gênero no MST prevê que as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, devem assegurar que haja cinquenta por cento de mulheres:

MST não trabalha apenas a questão da luta pela terra, mas propõe novos caminhos na abordagem de temas ligados à educação do campo, à saúde, à produção, à cultura e às relações de gênero. Busca, constantemente, a conscientização construída coletivamente entre seus integrantes: base, militância, coordenação e direção. (PAULA, MOTA, 2012, p.75)

As entrevistadas relatam sobre a sobrecarga de trabalho das mulheres, aborda a complexidade do papel da mulher na luta pela igualdade de gênero, destacando um contraste entre as mudanças discutidas no movimento e a realidade cotidiana das mulheres.

Ser mulher nesta luta tem sido desafiador. Mesmo dentro do movimento, onde discutimos igualdade de gênero, a carga sobre as mulheres sempre parece maior. Mesmo quando estou na coordenação, ainda tenho que cuidar da casa, dos filhos, dos netos e atender às necessidades do meu marido. Isso me faz refletir sobre as famílias e comunidades que não questionam essa divisão de trabalho, onde é natural que as mulheres assumam essas responsabilidades. (NEGRA ZEFERIN)

A trabalhadora alerta a discrepância entre o ideal de igualdade de gênero promovido no movimento e a carga adicional que muitas mulheres ainda enfrentam em suas vidas pessoais

Esses dias estava conversando sobre isso. Porque no movimento tem toda essa discussão de igualdade de gênero e tal, mas ainda acaba que a carga da mulher sempre é maior, né? Então você está na coordenação, mas você não deixa de fazer o serviço da casa. Você não deixa de cuidar dos filhos, de cuidar dos netos, de atender marido, né? E fico pensando nisso, que a gente já tem uma caminhada, um questionamento e tal nesse sentido. Aí eu fico pensando, e as famílias ou as comunidades que não têm esse tipo de questionamento, que para eles é natural, a mulher tem que fazer isso. (NEGRA ZEFERIN)

Sendo assim, as mulheres ainda são majoritariamente responsáveis pelas atividades domésticas e pelo cuidado dos animais e da horta, além de outros trabalhos próximos à residência. Essa divisão de responsabilidades acaba por dificultar a participação das mulheres nos estudos e nas lutas por igualdade em comparação com seus companheiros. Para Ademar Bogo (1999)

Na luta de classe e gênero, a mulher se encontra numa situação de desigualdade, realizando uma dupla ou tripla jornada de trabalho. No MST isso não é diferente, a mulher se dedica ao trabalho na produção e na militância, e ainda assume a maior parte ou todo o trabalho doméstico. E na maioria das vezes não recebe nada pelo seu trabalho e não participa das decisões políticas e econômicas (BOGO, 1999, p. 146).

Quanto a participação das mulheres em espaços políticos, conforme Negra Zeferin apontou a importância de um espaço exclusivo para garantir que as mulheres possam guardar suas coisas, fazer reunião e desfrutar de momentos de lazer:

[...] sabe um espaço nosso para nós, no assentamento, para ter um espaço para artesanato, para reunião, para lazer elas fazerem o que elas quiserem. Uma é reparação histórica, a gente fala, né? Parece que está se agregando, mas não para a gente poder chegar no

mesmo nível de igualdade digna com os homens, precisamos começar com espaço assim. Uma dívida com a questão das mulheres e que ela precisa, elas sentem. Elas. Ter um espaço próprio para guardar as coisas delas, para elas conversarem, né? Então, até a gente está vendo esse Barracão que está sendo construído. (NEGRA ZEFERIN)

Apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito. A questão da desigualdade de gênero precisa ser debatida e enfrentada não apenas nas relações familiares, mas em toda a sociedade. As entrevistadas esperam que as gerações futuras não enfrentem mais tantos obstáculos por conta do gênero, raça ou classe social:

[...] Por exemplo, recentemente tivemos uma reunião, e nessa reunião a maioria eram homens, em que, por hábito arraigado, eu, como coordenadora, me vi saindo para preparar café, mesmo que pudesse ter delegado essa tarefa a outra pessoa. Esses comportamentos enraizados desde a infância são difíceis de superar. (CLARA CAMARÃO)

Importante destacar que as falas das entrevistadas apresentam interesse em uma maior participação no movimento, mas alegam ter dificuldade de tempo por conta das demandas diárias com afazeres domésticos e atividades de cuidado. Conforme Bogo (1999), no MST isso não é diferente, a mulher se dedica ao trabalho na produção e na militância, e ainda assume a maior parte ou todo o trabalho doméstico. E na maioria das vezes não recebe nada pelo seu trabalho e não participa das decisões políticas e econômicas. Essa realidade é relatada pelas entrevistadas:

[...] então assim, uma colega aqui tinha assumido a direção regional aqui do assentamento, mas ela não deu conta porque ela é viúva, tem 2 filhos mora com o pai e a mãe, tem que trabalhar no morango. Ela é super capacitada, ela teria condições para fazer isso, mas ela não deu conta. Não é não pela falta de profissionalismo dela e de competência dela, mas pela sobrecarga, né? É, é muito pesado. Ainda tem, tem coisas ainda que a gente precisa evoluir e. Aí debater mesmo, né? Essa questão de gênero com. Os nossos filhos, né? Com as meninas, principalmente, mas eu acho que está vindo uma geração forte. Espero que até lá a gente não tenha todo essa desigualdade. Ainda é necessária discussão, né? (NEGRA ZEFERIN)

O relato de Clara Camarão demonstra a preocupação quanto a participação das mulheres nos espaços de construção coletiva e do fortalecimento do movimento feminista no assentamento, pois as tarefas domésticas e o cuidar dos animais, da horta, bem como outros trabalhos

próximos à residência, ainda continuam sendo delegados às mulheres, inviabilizando sua participação nos estudos e nas lutas em igualdade em relação aos seus companheiros.

Fui ano passado no encontro nacional de mulheres, ficamos alojadas lá no Congresso você sente a força, a garra das mulheres. Te renova, né? Mas é difícil conseguir conciliar um pouco, né? é que nem eu falo assim, é muita reunião, nem nossa. já não consegui ir, né? É muitas tarefas, né? Quando você assume uma responsabilidade na militância é uma obrigação, que é um trabalho. (MARGARIDA)

Essa sobrecarga das mulheres, particularmente de mulheres dirigentes e militantes traz desafios para o próprio movimento e para toda a sociedade que não tem alterado a divisão sexual do trabalho.

A divisão igualitária do trabalho deve incluir ações para garantir que os homens compartilhem na prática as responsabilidades domésticas e de cuidado, tradicionalmente atribuídas às mulheres, para que elas tenham tempo de estudar e participar dos espaços políticos em condições similares às dos homens.

Apesar do setor de gênero ter ações bem desenvolvidas no assentamento, e contar com uma mulher na direção/coordenação regional, ainda há muitos desafios quanto à participação plena das mulheres assentadas, conforme relata uma das entrevistadas e que também é dirigente do movimento:

necessitamos de estratégias para aproximar das mulheres, algo que seja atrativo para que elas participem das reuniões, temos uma questão religiosa muito forte aqui dentro e percebemos que essas mulheres não vão a nenhuma reunião e atividades nos espaços políticos, não queremos um embate, mas alguma estratégia para que elas possam participar ativamente respeitando a fé de todas. (CLARA CAMARÃO)

A organização e articulação das mulheres ocorrem de forma permanente e com objetivo de ampliar a participação das mulheres:

Temos um grupo no WhatsApp somente de mulheres, até tentamos montar um grupo de estudo com vários temas, o que acaba que a gente não consegue atingir todas de forma igual. Poucas mulheres participaram, daí pensei que talvez devesse mudar a estratégia, colocar temas mais atrativos e que não assustasse, porque sabe

como é né, se colocar temas feministas acontece que os maridos não deixam elas participar, né? (LUIZA MAHIN)

Esse relato evidencia a importância da articulação e estratégias de participação dessas mulheres e de enfrentar a opressão feminina. A pauta feminista vem ganhando espaços para diálogo dentro dos assentamentos, uma vez que o movimento reconhece a histórica invisibilidade e marginalização das mulheres, tanto na divisão sexual do trabalho quanto na participação política no movimento.

5.5 As Unidades Familiares De Produção

Uma das características presentes nas unidades familiares de produção na agricultura é a variedade de atividades desenvolvidas. Além das atividades de subsistência, há atividades destinadas à geração de renda, a partir da produção de produtos que serão comercializados. A maioria das entrevistadas destaca que as atividades que geram renda é o foco do trabalho na agricultura familiar, os outros alimentos produzidos na propriedade para o consumo na unidade familiar são cultivados em horta, quintal, ou em pequenos canteiros de acordo com a necessidade, estação e tempo disponível para cuidado.

As unidades de produção produzem verduras, legumes, temperos, chás e frutas, para a subsistência. Além disso, mantém cultivo pecuário de carne suína, bovina e aves, bem como a produção de leite, ovos e gordura utilizada para o consumo. As entrevistadas ressaltam que poucos alimentos para consumo são comprados e, se possível, essa compra é feita de outros produtores do assentamento, como observa a Elizabeth Teixeira “quando não plantamos aqui, outras famílias plantam e compramos, esses dias compraram batata, queijo, e vendi para minha vizinha, ovo e carne de porco”.

As trabalhadoras mencionam a dificuldade de ter uma renda fixa somente com a produção, alegando ser que a renda é muito variável devido a fatores como clima, safra, tempo para trabalho, tempo de cultivo, entre outros. Somente uma das entrevistadas não tinha outra remuneração além da agricultura. Nove entrevistadas tinham algum dos membros do núcleo familiar

com outro tipo de renda, seja salarial, ou aposentadoria de pais ou companheiro.

As entrevistadas destacaram a importância da escola e a formação que ela oferece aos assentados, o que possibilita acesso ao trabalho fora do assentamento, garantindo assim, uma fonte de renda fixa na unidade familiar.

No que se refere aos benefícios, destaca-se que o Bolsa família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) são importantes para famílias formadas por mãe e filha e famílias com filhos com algum tipo de deficiência e que têm direito ao BPC.

Nos assentamentos rurais, onde muitas famílias vivem da agricultura familiar e enfrentam desafios econômicos significativos, o Bolsa Família desempenha um papel crucial como fortalecimento de renda.

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda do Brasil que visa combater a pobreza e integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. O Bolsa Família busca promover a dignidade e a cidadania das famílias para a superação da pobreza e transformação social. (MDS, 2024)

O Programa denominado Bolsa Família fornece uma renda básica que pode complementar a, ajudando a complementar a renda familiar e contribuir para a manutenção das necessidades básicas.

Vale destacar que a situação de vulnerabilidade social nos assentamentos rurais muitas vezes não se limita à falta de renda ou acesso à alimentação básica, mas também está ligada ao acesso limitado outros serviços básicos, como água, energia elétrica, saúde entre outros.

Quando chegamos no assentamento, não tinha trabalho, ainda bem que tinha um dinheirinho do bolsa família né, era pouco, mas na época dava uma compra, pelo menos não passamos fome, passamos muita dificuldade, mas fome não por causa do bolsa família. Depois, as crianças cresceram, começamos a plantar bastante coisinhas pra vender, meu marido conseguiu se aposentar e não precisamos pegar o bolsa família. (ELIZABETH TEIXEIRA)

É importante observar que ao proporcionar o acesso à rede de proteção social nos assentamentos, os programas sociais também têm um papel

importante na redução de migração do campo para a cidade. Muitas vezes, a migração para áreas urbanas ocorre devido à falta de oportunidades econômicas nos assentamentos. Com um apoio financeiro básico, as famílias podem ser incentivadas a permanecerem no campo, mantendo suas práticas agrícolas e preservando a cultura local.

Dessa forma, os programas sociais são instrumentos essenciais para fortalecer a renda nos assentamentos rurais, promovendo maior inclusão social, redução da pobreza e desenvolvimento sustentável local.

O quadro 2 demonstra a diversidade de atividades realizadas assim como a comercialização da respectiva produção. Além disso, evidencia as demais possibilidades de renda da família.

Quadro 2- Caracterização geral das atividades desenvolvidas na unidade familiar no Assentamento Contestado

CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA UNIDADE FAMILIAR NO ASSENTAMENTO CONTESTADO			
TRABALHADORAS	FONTE DE RENDA	PRODUÇÃO SUBSISTÊNCIA	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR MULHERES DA UNIDADE FAMILIAR
Clara Camarão	PNAE Remuneração concurso	Feijão Mandioca Batata Doce Hortaliças Frutas	Plantio, manutenção, capinação, colheita, higienização, organização e separação dos produtos, embalagem, comercialização.
Negra Zeferin	Produção Morango Benefício INSS	Abóbora Milho Queijo Leite Feijão Ovos Hortaliças Frutas Pecuária (vaca, galinhas)	Plantio, manutenção, capinação, colheita, higienização, organização e separação dos produtos, embalagem, comercialização.
Luiza Mahin	PNAE	Especiarias Hortaliças Frutas Feijão Batata Trigo	Plantio, manutenção, capinação, colheita, higienização, organização e separação dos produtos, embalagem, comercialização.
Nísia Floresta	PNAE BPC	Especiarias Hortaliças Frutas Ervas para Chás	Plantio, manutenção, capinação, colheita, higienização, organização e separação dos produtos, embalagem, comercialização.
Maria Firmina do	Produção	Soja	Plantio, manutenção, capinação,

Reis	Morango	Feijão Milho	colheita, higienização, organização e separação dos produtos, embalagem, comercialização.
Margarida Alves	Produção Morango Bolsa Família	Vaca Porco Feijão Hortaliças	Plantio, manutenção, capinação, colheita, higienização, organização e separação dos produtos, embalagem, comercialização.
Elizabeth Teixeira	Produção Morango		Plantio, manutenção, capinação, colheita, higienização, organização e separação dos produtos, embalagem, comercialização.
Roseli Nune	PNAE Bolsa Família	Abóbora Milho Queijo Leite Feijão Ovos Hortaliças Frutas Pecuária (vaca, galinhas)	Plantio, manutenção, capinação, colheita, higienização, organização e separação dos produtos, embalagem, comercialização.
Margarida	Vendas Feira autônoma	Abóbora Milho Queijo Leite Feijão Ovos Hortaliças Frutas Pecuária (vaca, galinhas)	Plantio, manutenção, capinação, colheita, higienização, organização e separação dos produtos, embalagem, comercialização.
Maria Lima	Produção Morango	Soja Feijão Milho	Plantio, manutenção, capinação, colheita, higienização, organização e separação dos produtos, embalagem, comercialização.

FONTE: PESQUISA REALIZADA COM AS AGRICULTORAS FAMILIARES (2024)

Quatro entrevistadas atuam com projetos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, conforme relato da trabalhadora Roseli Nunes :

Trabalhamos com projetos de entrega de alimento para cooperativa, né, daí foca mais em algumas coisas, tem legumes, e frutas, né que também fazem parte do projeto, agora estamos entregando abóbora, chuchu, repolho, banana e laranja.

Os projetos do PNAE são vinculados à cooperativa Terra Livre do Assentamento. As coletas desses alimentos ocorrem semanalmente em um quantitativo e os alimentos definidos para cada projeto. O Programa Nacional de Alimentação Escolar:

consiste no repasse de recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal e nas entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas, nas escolas confessionais mantidas por entidade sem fins lucrativos e nas escolas comunitárias conveniadas com os

Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com o objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. (BRASIL, 2009)

A compra de produtos da agricultura familiar acontece a partir de diversos projetos nos âmbitos Municipal, Estadual e Federal, resultado de um programa maior, intitulado Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (Lei 10.696/2003).

O quadro 2 apresenta que há predominância da produção de morango em cinco unidades familiares pesquisadas. Os relatos revelam que já trabalharam com produção leiteira, feijão, milho, porém, houve a necessidade de uma produção que viabilizasse uma renda mensal e a opção foi a plantação de morango por influência de quem já os plantava.

Atualmente o trabalho predominante no lote é com morangos, em plantação de estufa, além dos morangos que é nossa principal fonte de renda ainda plantamos alimentos para nossa subsistência, como feijão, milho pras criações, abóbora, frutas, hortaliças, temos vaca que dá leite e porco, assim só compramos no mercado o básico mesmo. (CLARA CAMARÃO)

De acordo com o relato das participantes, cerca de 50% das famílias que residem no assentamento trabalham com a produção de morangos em estufas, que é a principal fonte de renda dessas famílias que geralmente já tem um comprador fixo semanalmente. Essa produção de morango pode ser por métodos convencionais com utilização de fertilizantes ou orgânicos sem utilização de fertilizantes.

Colho os morangos, embalar e deixar tudo pronto até o comprador vir buscar, dependendo a época colhemos até 4 vezes na semana, os dias que não tem colheita nós poda, adubamos e limpamos os canteiros, então o trabalho no morango exige bastante tempo e dedicação. Minha mãe é responsável pela irrigação, que é por meio de gotejamento, mas tem que saber exatamente o horário de irrigação e tempo. A irrigação é a primeira função do dia, geralmente entre às 6h e às 8h da manhã, para não influenciar nos outros processos de trabalho. (CLARA CAMARÃO)

Com a produção de morango em estufas, as trabalhadoras relatam que o ideal é que a colheita seja feita até as 9h para não esquentar muito e dar tempo para embalar. (O processo de embalagem é bem criterioso, por tamanhos os

menores vão embaixo e os maiores por cima, tempo de maturação os morangos muito maduros não podem estar na mesma bandeja dos mais verdes). Cada bandeja pesa em torno de 300 gramas cada. Cada caixa é composta por 4 bandejas, variando em torno de 1kg.

[...] daí não trabalhasse com hortaliças, sabe? Na verdade, nós não tem nem hortaliças no consumo porque dá mais trabalhos e não tem muita valorização no projeto. alface e demora o quê? 50 dias 40 dias você pode estar colhendo e não rende tanto. (MARIA FIRMINA DO REIS)

Mas a produção é bastante variada devido às condições de produção, clima e valores.

Porque a gente sabe assim, agricultura familiar, acho que tem que, né, avançar muito. [...] Daí o meu companheiro falou, então vamos trabalhar menos, vamos diminuir. Porque teve uma vez que o projeto tinha mais de 40 variedades, daí dava muito trabalho, e acabava perdendo muito alimentos porque não dava conta de cuidar. Agora, nós estamos com um pouco, é batata doce, melancia, abóbora, bastante. Daí em grandes escala, né? Esse ano não conseguiu colher arroz esse ano, dos 9 anos que nós estamos aqui, esse ano é o primeiro, né? Agora nós plantamos e vamos fechar o projeto, que a agricultura é assim, né? Você faz um plano, mas tudo depende de clima, água, adubo, experiência. (MARIA FIRMINA DO REIS)

As trabalhadoras relatam as dificuldades no processo de planejamento da produção e falta de orientação técnica para subsidiar o manejo, cultivo e controles de pragas. Duas trabalhadoras alegam que nesses casos buscaram informações por meio de internet e encontraram apostilas no site da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Como aqui em casa somos somente mulheres, parece que o processo é mais difícil para conseguir orientação técnica, cobram um valor absurdo para vir avaliar os morangos, esses dias teve uma espécie de bicho que se alastrou, não tinha dinheiro para pagar o técnico e pesquisei no site da Embrapa, eles tinham uma apostila que me ajudou muito a fazer o controle de pragas. Agora tudo que preciso eu mesma pesquisei (NEGRA ZEFERIN)

A Embrapa desempenha um papel crucial no apoio à agricultura familiar no Brasil, facilita a transferência de conhecimentos e tecnologias diretamente aos agricultores familiares. Isso garante que as inovações cheguem ao campo e sejam adotadas de maneira eficaz. A empresa oferece programas de capacitação e formação para agricultores familiares, incluindo cursos, workshops e materiais didáticos que auxiliam na atualização e aprimoramento

das técnicas agrícolas utilizadas, contribuindo significativamente para o desenvolvimento rural e a segurança alimentar no Brasil.

No começo não conhecia nada, via um pé de abobrinha e imaginava que era tudo feijão, daí plantava assim, sem lua, sem nada, sem calendário, mas as fui aprender. Quando chegamos aqui a gente plantava de tudo era muita variedade, sabe, começava a fazer canteiro na mão com enxada. Porque tinha aquela visão assim, quanto mais melhor né? Mas perdia muitas plantações porque não dava conta de cuidar de tudo, se você cuidasse, se você plantasse um pé e cuidasse daquele seria o suficiente. Daí eu falava assim, olha, você está cavando lá embaixo, e as verduras aqui em cima morrendo. [...] E daí começamos nós planejamos, né? A gente sabe que se a gente recebe em janeiro a gente tem que guardar aquela reserva para passar esses 3 meses né? (ELIZABETH TEIXEIRA)

Cinco entrevistadas relatam que buscaram qualificações e especializações, o que refletiu positivamente em melhores condições de administrar seus estabelecimentos.

[...] nossas economias começaram, né? Eu administro a parte financeira dos projetos porque trabalhar na agricultura da muito gasto, né? A gente fica com o dinheiro ali na carteira que não temos gastos. Mas a diferença de agora, porque produzimos bastante coisas, então não compramos tanto, o mercado é caro, né? (MARIA FIRMINA DO REIS)

O planejamento pode não garantir resultados previstos, assim é necessário traçar uma margem de erros, em que essa margem de diferença apresente uma estabilidade segura para o que será planejado e o que será realizado. Realizar o controle financeiro na propriedade rural é essencial, principalmente quando se trata da agricultura familiar, pois a atividade agropecuária é a principal geradora de renda da família. Dessa forma, planejar e assegurar a sustentabilidade financeira das unidades de produção significa gerar segurança e bem-estar. (MARIANO; ALBINO, 2018)

O processo de modernização ficou evidente durante a realização das entrevistas, pois oito das dez unidades de produção dispõem do sistema de plantio em estufas com mecanismo de auto irrigação, aplicativos de cominação e comercialização da produção, como apresentado pela Maria Lima “eu comecei a cuidar da parte de ofertar os produtos, de comprar as coisas, as mudas, os adubos. tem essa parte que daí vem tudo é um celular só, daí vem tudo no meu, é por aplicativo, no grupo do WhatsApp informa tudo.”

Aqui nós plantamos de tudo, para não precisar buscar no mercado. Para consumo temos porco, que consumimos carne e a gordura, vaca/gado para corte, leite e fazemos queijo para vender. Vendemos queijo na Lapa, toda semana levo pra vila (cidade) e já tenho comprador fixo que fica esperando, minha filha me leva, eu faço as entregas de queijo, verduras, legumes, na época de milho faço pamonha e curau para vender também. Essa é minha renda né, então toda semana preciso ir pra Lapa, antes eu ia de ônibus da linha que passava toda quinta feira, agora que quase todas famílias tem carro aqui, não tem mais ônibus para levar. (MARIA LIMA)

Outro aspecto que colabora para a produção na agricultura, diz respeito à possibilidade de acesso às políticas públicas de financiamento dos meios de produção e a compra de equipamentos.

Quando viemos do acampamento pra cá, não tinha nada, somente com a roupa e com algumas panelas, chegamos e ficamos acampados ali no casarão (sede do assentamento) com mais sete famílias, trabalhamos por dia e depois de um mês conseguimos fazer nosso barraco de lona aqui no lote. Regularizamos o contrato com o INCRA meu marido conseguiu o financiamento do PRONAF, daí plantamos feijão e conseguimos vender, compramos as primeiras vacas e foi se reproduzindo. [...] com o dinheiro que veio pra fazer a casa, conseguimos construir e sair do barraco né. (LUIZA MAHIN)

No contexto das políticas agrícolas, o melhor exemplo é o crédito destinado à agricultura familiar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi criado em 1996 a partir de reivindicação dos movimentos sociais no campo, incluindo os movimentos de mulheres. Os dados são reveladores: nos primeiros anos do Pronaf a participação das mulheres como titulares dos contratos de crédito chegou a apenas 7% do total (GRZYBOWSKI, 1999).

Quadro 3- principais iniciativas e políticas voltadas para a promoção da equidade de gênero e o fortalecimento das mulheres rurais no Brasil:

Ano	Iniciativa/Política	Descrição
1988	Constituição Federal de 1988	Estabeleceu direitos fundamentais e promoveu a igualdade de gênero.
1995	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	Apoia a agricultura familiar por meio de crédito e outros incentivos, incluindo a inclusão das mulheres.
2001	Portaria MDA Nº 121	Determina que 30% dos recursos do PRONAF sejam destinados preferencialmente a mulheres agricultoras rurais.
2003	Pronaf Mulher	Oferece crédito para mulheres

		agricultoras com base em projetos técnicos ou propostas simplificadas.
20 03	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)	Emissão gratuita de documentos civis e trabalhistas, assegurando direitos básicos às trabalhadoras rurais.
20 04	Programa Gênero e Cooperativismo – COOPERGÊNERO	Promove a equidade entre mulheres e homens no cooperativismo brasileiro.
20 07	Instrução Normativa INCRA Nº 38	Diretrizes para garantir os direitos das trabalhadoras rurais no Programa Nacional de Reforma Agrária.
20 08	Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR)	Fortalece as organizações produtivas de trabalhadoras rurais.
20 09	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	30% do valor repassado pelo PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar.
20 11	Resolução GGPA Nº 44	Prioriza a participação de mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e destina 5% do orçamento para elas.
20 15	Agenda 2030 - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: Igualdade de Gênero	Metas para acabar com a discriminação e violência contra mulheres e meninas, e promover sua participação plena.
20 18	Portaria MAPA Nº 2006	Estimula ações de qualificação profissional, trabalho e empreendedorismo para a autonomia econômica das mulheres
20 21	Portaria Nº 595	Complementa a Portaria Nº 3.175 com ações adicionais de qualificação e empreendedorismo.
20 23	Medida Provisória Nº 1.166	Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com foco na inclusão de mulheres e outras comunidades tradicionais.
20 23	Decreto Nº 11.642	Estabelece o Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais.
20 23	Lei Nº 14.660	Altera a legislação para incluir grupos de mulheres da agricultura familiar no PNAE, priorizando a venda no nome da mulher.

FONTE: EMBRAPA. Observatório das Mulheres Rurais do Brasil, 2022

As políticas públicas voltadas para a promoção da equidade de gênero e o fortalecimento das mulheres rurais no Brasil, considerando os diferentes períodos políticos, revela como os contextos governamentais influenciaram a implementação e a evolução dessas iniciativas. Governos como o de Dilma e Lula priorizaram a inclusão social e a equidade de gênero, introduzindo políticas e programas que auxiliam a agricultura familiar e as mulheres. Em contraste, governos com uma abordagem conservadora como os de Temer e Bolsonaro focaram em ajustes e reestruturações, em detrimento de políticas para a igualdade de gênero e redução das desigualdades.

Nove trabalhadoras relataram que além da produção na unidade, também trabalham em feiras ou prestação de serviços externos em outras unidades de produção, Luiza Mahin destaca “quando está tranquilo aqui na estufa, trabalho por dia para outros produtores de morango, colher, embalar e limpeza dos canteiros.”

Quando eu cheguei aqui, vi outras mulheres trabalhando, porque assim aqui acredito que na agricultura familiar o trabalho da mulher aparece. Daí assim, indiferente da cidade, porque eu tinha outra visão, pensava que no sítio a mulher ficava cuidando da casa, porque daí eu trabalhei sempre na cidade e aparece que a gente não é visto assim, né? Por que aparecem aqui você consegue ver outras mulheres, né. (LUIZA MAHIN)

E que já passou também que há um tempo atrás, né? Na época da minha mãe, a mulher ficava com o trabalho doméstico e também ajudava no trabalho do meu pai na roça, mas participava das decisões por considerar que não era trabalho de mulher, né? (LUIZA MAHIN)

A falta de orientação técnica ocasiona prejuízos e interfere na produção e consequentemente na renda dessas famílias. Magalhães (2009) ressalta que o acesso às novas tecnologias é influenciado pelas relações de gênero e pela forma como a assistência técnica interage com homens e mulheres, o que reforça a divisão sexual do trabalho. A força física é frequentemente utilizada como justificativa popular para explicar as funções desempenhadas por homens e mulheres na sociedade.

Também destaca que a sobrecarga de trabalho, as tarefas repetitivas e o compromisso com a manutenção da unidade familiar muitas vezes levam essas mulheres a sacrificar seu bem-estar e saúde em prol do trabalho e dos outros. A valorização do trabalho por parte dessas mulheres pode ultrapassar

os limites da própria saúde, resultando frequentemente em sofrimento e angústia.

Agora estou produzindo menos, né? A gente produz menos, sem agrotóxico, é mais passível de Praga, né? É bem complicado, e não tem técnico aqui que o acompanha. É que é por conta, né? Cada um por conta. Se for para você pagar um técnico para vim olhar para a lavoura, particularmente é quase mil reais a visita. Daí ainda mais quando é mulher que está requisitando né, parece que não leva a gente a sério. (CLARA CAMARÃO)

Apesar de toda essa sobrecarga de trabalho, algumas das narrativas não trazem o reconhecimento enquanto trabalho e a importância desse trabalho para manutenção das unidades familiares de produção, é tido como ajuda no trabalho na agricultura, enquanto se sentem responsáveis pelo trabalho doméstico. Para a socióloga Karolyna Marin Herrera os trabalhos domésticos e de care consistem em uma estratégia de reprodução social, que estão voltadas para a reprodução biológica, de bem-estar e de manutenção das famílias urbanas e rurais. (HERRERA, 2016, p. 218).

As trabalhadoras apontam que durante a vivência no movimento, tem possibilitado participação em espaços que discutem feminismo e isso tem contribuído para o reconhecimento do trabalho dessas mulheres e o seu protagonismo na administração e tomadas decisão para manutenção das suas propriedades, no entanto nem sempre foi assim, as participantes relatam que no início do tudo eram em nome do homem, desde o registro do lote, notas, compras e que isso impactou no processo de aposentadoria e salário de maternidade das mulheres, pois tinham dificuldade de comprovação para fins previdenciários.

Nas falas, é evidente que o modo de produção na agricultura familiar, bem como os métodos e estratégias, têm evoluído para atender às demandas econômicas locais. Sete trabalhadoras relataram ter trabalhado anteriormente na produção de queijo e derivados de leite, mas enfrentaram muito trabalho com pouco rendimento. Com a demanda da cooperativa por uma variedade maior de produtos para o PNAE, a diversidade de produção para o comércio aumentou. O sucesso no cultivo de morangos em estufas, com tecnologia adequada, resultou em uma produção rentável e, segundo as trabalhadoras,

proporcionou um trabalho mais tranquilo e facilidade na venda. Atualmente, a produção predominante é orientada pelos projetos da cooperativa, com ênfase em produção que compõem o cardápio da alimentação escolar e o cultivo de morangos.

5.6 O Trabalho das mulheres e a divisão sexual do Trabalho na agricultura familiar no Assentamento Contestado.

Todas as entrevistadas atuam na agricultura familiar, seja na agricultura de subsistência familiar ou como a principal fonte de renda da família. De modo geral, nas unidades familiares de produção há uma distribuição das atividades entre os membros, aqui vamos especificar essas funções de acordo com os relatos das trabalhadoras entrevistadas.

As entrevistadas relataram sua rotina com o trabalho, todas as mulheres que têm filhos responderam que começam as atividades bem cedo, arrumando os filhos e netos para irem à escola, e preparando a primeira refeição do dia para toda família antes de iniciar o trabalho na agricultura.

De manhã levo meus filhos até a escola, que é na sede do assentamento, porque o transporte escolar demora muito para pegar todos os alunos e como moro relativamente perto da escola compensa levar e buscar eles. Depois de levar na escola, já vou colher os morangos, embalar e deixar tudo pronto até o comprador vir buscar, dependendo a época colhemos até 4 vezes na semana, os dias que não têm colheita eu e minha mãe podemos, adubamos e limpamos os canteiros, então o trabalho no morango exige bastante tempo e dedicação. Meu companheiro e meu irmão fazem a pulverização, ele compra os produtos e sabe a dosagem correta para a aplicação. (LUIZA MAHIN)

Assim, além do trabalho na agricultura, as mulheres têm o trabalho não remunerado que envolve cuidado, os afazeres da casa. Nos trabalhos domésticos as entrevistadas relatam a divisão das atividades com outras mulheres, particularmente entre mãe e filhas, conforme sinalizado por Elizabeth Teixeira:

Eu e minha filha nós ajudamos, no almoço eu fico colhendo morango e ela vem preparar o almoço, quando está muito puxado já deixamos a comida pronta e quando meu filho e marido chegam do trabalho nas madeiras é só esquentar.” (ELIZABETH TEIXEIRA)

Nos relatos fica evidente a sobrecarga de jornada de trabalho das mulheres tanto na agricultura como no trabalho doméstico e de cuidado. Ainda que as mulheres estejam envolvidas numa atividade considerada produtiva, realizam atividades consideradas domésticas e de cuidado, enquanto as atividades externas consideradas “pesadas” são de responsabilidade dos homens da casa.

Aqui em casa cada um trabalha um pouco, todo mundo faz um pouquinho de tudo. Porque daí a horta cansa e a casa cansa, né? E daí às vezes ele (companheiro) me ajudava, dentro de casa. Eu ajudo na roça lá, mas daí aqui os meninos me ajudam com as tarefas de casa se tivesse que varrer uma casa, eles varrem. (MARIA FIRMINA DO REIS)

As próprias mulheres têm dificuldades em estabelecer uma separação entre o que é trabalho doméstico e o que é trabalho produtivo, pois tudo que está em volta da casa é considerado como extensão da casa, além dos papéis socialmente difundido sobre as atribuições de homens e mulheres, conforme reflexão da Elizabeth Teixeira:

Aprendemos o que é nossa função desde criança, observo como as crianças aprendem não apenas pelo que ensinamos verbalmente, mas pelo que observam. Meus filhos, por exemplo, aprenderam a dividir as tarefas domésticas não só porque nós os ensinamos, mas porque veem isso sendo praticado em casa.

De acordo com a autora Herrera (2016), os trabalhos domésticos e de care são tão importantes quanto o trabalho considerado produtivo, para a manutenção das famílias inseridas na lógica da agricultura familiar, esse trabalho de cuidar quando não é diretamente com a mãe é transferido para outra mulher, para Maria Firmina do Reis “meus dois filhos meninos com 5 anos ficavam sob cuidado da minha mãe enquanto eu e meu companheiro trabalhamos na horta.” Ainda complementa

Eu e minha irmã colhemos as verduras e legumes até meio dia, daí a tarde minha mãe lava, seleciona e embala para quando o caminhão passa pegar a tarde e meu pai entrega e assina as notas de entrega, porque como é ele que acerta o pagamento é mais fácil, né?!

Hirata (2010) destaca que o trabalho doméstico não remunerado é aquele trabalho realizado gratuitamente, sendo uma forma de as mulheres expressarem amor aos filhos, companheiros, à família, implicando em trabalhos

repetitivos, como, lavar, limpar e cozinhar. Segundo a autora, a definição de care possui diferentes significados, como cuidados, solicitude, preocupação com o outro, estar atento às suas necessidades, envolvendo atividades realizadas principalmente pelas mulheres.

É um desafio constante para nós, mulheres, desfazer estereótipos de gênero. Mesmo quando os homens ajudam nas tarefas domésticas, muitas vezes não é feito do jeito que gostaríamos, e temos que resistir à tentação de refazer tudo. Isso, porém, é parte do processo de mudança de mentalidades. (MARGARIDA)

Nesse sentido, ao tratar da realização de tarefas em torno da atividade pelas mulheres pesquisadas, podem ser percebidas características de atividades domésticas e de “care”, histórica e socioculturalmente relacionadas ao conjunto de tarefas consideradas femininas, pois as tarefas executadas pelas mulheres demandam de cuidado, atenção, zelo e como uma das trabalhadoras mencionou “as plantas demandam de amor”.

Observa-se que as mulheres trabalhadoras têm acesso a informações referente ao trabalho da mulher na agricultura em uma perspectiva crítica de divisão sexual.

Até há um tempo atrás a gente entendia que as funções dos homens eram uma função pesada na roça, trabalhar no trator, colheitadeira, fazer cerca e de mulheres eram outras funções que geralmente era cuidar da casa, dos filhos e das coisas perto de casa né? Minha mãe que ordenhava as vacas fazia queijo, ela preparava comida e tudo mais. Mas daí na minha época (15 anos) eu e minhas irmãs trabalhamos na roça e fazia o trabalho de casa também, só que daí eles (os homens) não faziam o de casa. (LUIZA MAHIN)

Nesse sentido, o trabalho não é definido com base no que ele realmente demanda do trabalhador ou trabalhadora, mas conforme o sexo de quem o realiza: qualquer que seja o trabalho realizado por homem é pesado e quando realizado pela mulher é leve. “A tal da palavra ajudar, isso é triste, porque assim, por exemplo, meu companheiro não me ajuda, ele faz a parte dele, se eu vou na roça, eu faço a minha parte” (Maria Lima)

A inserção de novas tecnologias nas unidades de produção familiar, tendo em vista a necessidade de mecanização da atividade para facilitar os

trabalhos tanto nos canteiros, plantações, estufas como também na produção não dispensa as mulheres de tarefas relacionadas aos cuidados.

Além disso, a utilização das tecnologias fica sob manuseio masculinos, conforme relatado por Margarida Alves “Conseguimos por meio de financiamento um trator, que meu filho que é responsável porque só ele sabe lidar”. A Margarida apontou pelo fato de desde pequeno os filhos gostarem de brinquedos que remetiam a tecnologia no campo eles têm mais acesso à tecnologia desde pequeno, né? Ah, é carrinho, trator e máquinas.”

Enquanto eu e minha filha cuidamos da estufa de morango, meu companheiro e meus filhos lidam com as criações e com as plantações no lote, quando apura aqui na estufa eles também ajudam, em época de colheita eu ajudo na limpeza dos produtos e embalagem (ELIZABETH TEIXEIRA)

Nas falas, é possível observar que as mulheres reconhecem as desigualdades de gênero, mas, na prática, a divisão das atribuições entre mulheres e homens ainda é evidente. As tarefas domésticas e de cuidado continuam sendo responsabilidade das mulheres, enquanto os homens predominam em trabalhos considerados mais “pesados”, na tomada de decisões e na participação em espaços social e político.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar do Assentamento Contestado situado na Lapa no Estado do Paraná constatou-se que as mulheres têm papel central na produção da agricultura familiar. Atendendo aos objetivos propostos, a atuação das mulheres no trabalho na agricultura familiar, elas desenvolvem atividades variadas no contexto do assentamento, destacando-se a produção de subsistência das suas famílias e produção para vendas externas, garantindo renda familiar.

As rotinas de trabalho das mulheres geram sobrecarga de trabalho, pois além das atribuições da agricultura familiar, elas são as principais responsáveis pelo cuidado com os membros da família e do trabalho doméstico. O trabalho desenvolvido pelos homens nesse âmbito é tido como uma ajuda ou como algo muito extraordinário que os homens estão fazendo além da sua função.

O processo de luta pela terra é um aprendizado constante para as mulheres, não obstante toda a dificuldade que enfrentam com as precárias condições de vida de um acampamento e as violências dos processos de despejos.

O processo de construção de suas identidades como mulheres trabalhadoras rurais e de lideranças tem inspiração em outras mulheres que lutam pelo direito à terra e à uma vida digna. O setor de Gênero do Assentamento ocupa um o papel fundamental para a organização das mulheres, pois a partir de discussões baseadas em princípios de igualdade de gênero e justiça social, as trabalhadoras refletem sobre suas realidades de vida e planejam as lutas para o enfrentamento das relações desiguais e dos processos de opressão e exploração.

Há muita luta que ainda deve ser feita para a igualdade de gênero e uma divisão de trabalho igualitário entre homens e mulheres. Quanto a participação das mulheres nos espaços de formação no assentamento, elas acabam se limitando a cumprir as demandas de trabalho na agricultura familiar e aos trabalhos domésticos, como nos relatos das entrevistas as trabalhadoras alegam estar sobrecarregadas para participar e contribuir

espaços, práticas e atividades, enquanto os homens geralmente ocupam com maior disponibilidade esses espaços de decisões.

Para compreender a relação entre trabalho, protagonismo das mulheres, as mulheres relatam não ter tempo para expor suas ideias, já que as tarefas domésticas e o trabalho de cuidar dos filhos, do lar e do companheiro faz com que não tenham disponibilidade para dedicação aos estudos, para atuar nos espaços de decisão coletiva, o que impossibilita que as mesmas estejam em condições de igualdade em relação à participação aos mesmos espaços que os homens.

Essa dificuldade que muitas mulheres enfrentam ao tentar participar ativamente, assumir posições de coordenação e direção, ou mesmo participar de cursos de formação, se deve à resistência sutil ou explícita dos companheiros. Além disso, é perceptível nas falas das mulheres a culpabilização em participar ativamente e não cumprirem suas responsabilidades no trabalho da agricultura, trabalho domésticos e familiares.

Os mecanismos que potencializam incidências de gênero no Assentamento, pode-se observar que as mulheres estão se apropriando das teorias de gênero, e apesar das dificuldades encontradas quanto à participação efetiva, há possibilidades para a implementação temática e práticas de gênero no movimento, a participação das mulheres nos espaços de luta, provoca uma inquietação entre os envolvidos, pois permite que durante esse processo, surgiram preocupações sobre diversas questões, incluindo a desigualdade na participação das mulheres em setores e coordenações, a violência doméstica contra as mulheres, e as questões de gênero dentro do MST.

À medida que as mulheres se apropriam das desigualdades de gênero, pautas do feminismo, vão evidenciando se a intencionalidade da reprodução da valorização do homem sobre a mulher, durante esse processo de luta, as encoraja a se organizar e desenvolver coragem para transformar e construir relações mais igualitárias tanto no trabalho na agricultura familiar quanto na sociedade.

Assim, mulheres trabalhadoras e militantes, que se motivam na luta para além da luta pela terra, devem também enfrentar a batalha por sua

própria liberdade, desafiando os padrões conservadores e históricos do machismo enraizados na sociedade. Estes padrões estabeleciam que não seria papel ou tarefa das mulheres serem dirigentes e militantes de um movimento de luta pela terra nem mesmo ocupar espaços que questionem as relações de poder e o protagonismo das mulheres trabalhadoras rurais.

Essa assimilação da teoria é importante, embora seja insuficiente, para a luta de classes, para a luta pela terra, porém é fundamental e representa um avanço significativo na luta pela equidade de gênero e pelas condições de trabalho das mulheres e qualidade de vida no campo, no trabalho na agricultura familiar.

O acesso das mulheres trabalhadoras rurais à teoria de gênero por meio do setor de gênero dos movimentos sociais é um passo importante na conscientização e promoção do debate sobre a igualdade de gênero no meio rural. Este tipo de educação e discussão pode ajudar a esclarecer questões sobre desigualdade, papéis de gênero e direitos das mulheres, fornecendo às trabalhadoras rurais o conhecimento necessário para reconhecer e lutar contra as injustiças.

No entanto, reconhecer a importância do debate é apenas o primeiro passo. A ausência de ações práticas que viabilizem a igualdade de gênero no meio rural indica que, embora as discussões sejam valiosas, elas não são suficientes para gerar mudanças concretas. É essencial que as teorias discutidas sejam acompanhadas de políticas e ações efetivas que promovam a igualdade de gênero.

Para que a igualdade de gênero no meio rural seja realmente alcançada, é crucial que os movimentos sociais e outras organizações comprometidas com essa causa transformem as discussões teóricas em ações práticas e contínuas. Somente assim será possível criar um ambiente onde mulheres e homens tenham as mesmas oportunidades e direitos.

Compreendendo que as relações de gênero são reproduzidas socialmente, sendo assim ao inserir as temáticas em espaços de reprodução de conhecimento como as escolas do campo com princípios de Educação para a transformação social, educação para o trabalho e a cooperação, educação com/para valores humanistas e socialistas, educação

como um processo permanente de formação/transformação humana reuniões e eventos colaboram diretamente na educação político ideológica.

Não subestimamos a dificuldade de mudar as dinâmicas de gênero, pois envolve, de forma clara, uma redistribuição do poder econômico e político que historicamente tem sido dominado pelos homens em diversas esferas da nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ALENTEJANO, Paulo. **A política agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira?** Revista OKARA: Geografia em Debate, v. 12, n. 2, p. 217-219, 2018. ISSN 1982-3878. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/41319> . Acesso em: 02 ago. 2023.

BARDIN, L.(2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e história**. 9 ° ed. São Paulo: Cortez, 2011

BERGAMASCO, S. M. P. P. e KAGEYAMA, A. **A estrutura de produção no campo em 1980**. Perspectivas, São Paulo, n. 12/13, 1989/1990, p. 55-72.

BOGO, Ademar.**Lições de Luta pela Terra**. Salvador, Memorial das Letras, 1999.

BRASIL .Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. PLANALTO, 2023. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm Acesso em março 2021

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <www. Planalto.gov. br >. Acesso em 20 fevereiro, 2022

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -Censo Agropecuário**. 2017. Disponível em: < <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017> >. Acesso em 10 fevereiro, 2022

BRASIL. Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850. **Dispõe sobre as terras devolutas do Império**. Rio de Janeiro.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado?**. Revista brasileira de estudos de população, v. 23, p. 331-353, 2006.

BUSTOS, Roberto. **Identidad territorio – desarrollo local**. Belém, 19 out. 2005..

CABRAL, Alysson André Oliveira. **Reforma agrária no Brasil : a reforma (im) possível** /Alysson André Oliveiza Cabral. Dissertação - João Pessoa, 2021. Orientador Tvan Targino Moreira.tese (Doutorado) UPB/CCEN

CARTER, Miguel et al. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Universidad Estatal Paulista (UNESP), 2010.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de; ROSSONI, Roger Alexandre. **A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019)**. Revista NERA, v. 23, n. 55, p. 138-164, set.- dez, 2020.

COELHO, F. **Reforma Agrária no Governo FHC: perfil, tensões, número de famílias assentadas e áreas obtidas**. Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 20, n. 2, p. 179-192, 2016.

CORALINA, Cora. **Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais**. 6. ed. Goiânia: Editora Kelps, 2000

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. **A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no Congresso Nacional**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CUNHA, Barbara Madruga. **Violência contra as mulheres, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero**. XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR (1-2 de outubro de 2014)(em linha)[Fecha de consulta: 17.03. 2017] <http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%20C3%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%20BA-lugar.pdf>, 2014.

DAGNINO, Renato et al. **Tecnología social. Ferramenta para construir outra sociedade**, v. 2, 2010.

DAMASCENO, Maria. **Movimentos Sociais: contextualização e práticas organizativas**. FIGUEIREDO, João B. de Albuquerque; VERAS, Clédia Inês Matos; LINS, Lucicléa Teixeira (org.). Educação Popular e Movimentos Sociais: experiências e desafios. Fortaleza: Impreco, p. 34-59, 2016.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. BARAT, Frank (Org.). São Paulo: Boitempo, 2018

DE LUCA, Mônica Maria Barbosa Leiva. **Histórias de identidade num assentamento rural**. 2002. Disponível em: Acesso em: maio. 2024.

DEERE, Carmen Diana. **Os direitos das mulheres à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira**. Revista Estudos Feministas, v. 12, p. 175-204, 2004.

DELGADO, Guilherme Costa; CARTER, Miguel. **A questão agrária e o agronegócio no Brasil**. Universidad Estatal Paulista (UNESP), 2010.

DUARTE, J. P. P. **Planos de governo dos presidencialistas: uma análise sobre a abordagem da reforma agrária para a gestão 2019-2020**. Revista Brasileira de Geografia Econômica, ano VIII, n. 16, 2019.

EMBRAPA. **Observatório das Mulheres Rurais do Brasil, 2022**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/observatorio-das-mulheres-rurais-do-brasil>>. Acesso em: ABRIL. 2024.

ESMERALDO, Gema. **O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, p. 237-256, 2013.

FARIA, Nalu. **Gênero como marco conceitual para entender a opressão das mulheres**. São Paulo, SOF – Sempre viva Organização Feminista, 1995.

Feenberg, Andrew: **Racionalização democrática, poder e tecnologia** / Ricardo T. Neder (org.). -- Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina / CDS / UnB / Capes, 2010 .

FEITOSA, Antônio Cordeiro, **Atlas Escolar do Maranhão: Espaço Geo Histórico e Cultural**. Antônio Cordeiro Feitosa e José Ribamar Trovão, João Pessoa, Ed. Grafset. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CLEPS JUNIOR, João; SOBREIRO FILHO, José; LEITE, Acácio Zuniga; SODRÉ, Ronaldo Barros; PEREIRA, Lorena Iza. **A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência**. Caderno Prudentino de Geografia, v. 4, n. 42, p. 333-362, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST-MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA-BRASIL**. Revista Nera, n. 1, 2012.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

FERNANDES, Gabriela Menezes; FACCO, Vinicius Antonio Banzato. **Agroecologia e MST no leste paranaense: as experiências do assentamento Contestado (Lapa/PR) e do acampamento José Lutzenberger (Antonina/PR)**. Revista Pegada, v. 16, n. 89, p. 89-101, 2015.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização.** 1, 2005.

FRANCHI, Nilda. **Trajetória do movimento de mulheres camponesas no RS: da invisibilidade ao protagonismo das lutas sociais.** 2011.

Freyre, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal** / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. — 481 ed. rev. — São Paulo : Global, 2003. — (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil ; 1).

FURTADO, Fabrina. **Antiambientalismo bolsonarista financeirização da natureza em tempos de pandemia.** PAIM, Elisangela Soldateli (Org.). Resistências e Re-existências. Mulheres, território e meio ambiente. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021, p. 39-68.

GOMES, João Carlos Costa; MEDEIROS, Carlos Alberto Barbosa. **Bases epistemológicas para a ação e pesquisa em agroecologia: da ciência eficiente à ciência relevante. Ciência como instrumento de inclusão social.** Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, p. 249-275, 2009.

GONÇALVES, S. **Campesinato, resistência e emancipação: O modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de ciências e tecnologia campus de Presidente Prudente, São Paulo, 2008

GRZYBOWSKI, C.; SOARES, S. **Eficácia das políticas de geração de emprego das mulheres da reforma Agrária: a experiência centeno B r a s i l e renda.** Rio de Janeiro: Observatório da Cidadania. 1999

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de pesquisa, v. 37, p. 595-609, 2007.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubsncialidade das relações sociais.** Tempo Social, v. 26, n° 1, Jan-jun.2014, p. 61-74.

IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 41° ed. São Paulo: Cortez, 2014.

INCRA, GABINETE DA PRESIDÊNCIA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA.**

INCRA. **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Instrução Normativa INCRA nº 38, de 13 de março de 2007.** Estabelece normas para o procedimento de discriminação de terras públicas e privadas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 mar. 2007. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/legislacao/INCRA_38_2007.pdf. Acesso em: 8 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006: Sinopse do Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. INCRA/FAO. Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. Brasília: 1996

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf> Acesso em: 10 dez. 2017.

JARDIM, Fabiana Augusta Alves. OTER, Martina Rillo. **Tecnologia Social no Brasil: Direito à ciência e ciência para a cidadania.** Caderno de Debate. Instituto de Tecnologia Social. Secretaria para Inclusão Social - Ministério da Ciência e Tecnologia. Novembro de 2004.

JESUS, Vanessa M. Brito. **RESSIGNIFICAÇÃO DE TECNOLOGIA: TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E TECNOLOGIA SOCIAL A LUZ DOS APORTES DA FILOSOFIA DA TECNOLOGIA.** Ciencia Tecnologia e Sociedade –Universidade de Brasília (2014) Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/45651540/Artigo_CTS_e_Construcao_agr_oecologia-libre Acesso em setembro 2022.

KAGEYAMA, Angela; BERGAMASCO, Sônia M. P. **A estrutura da produção no campo em 1980.** Perspectivas, São Paulo, v. 12/13, p. 55-72, 1989/90.

KERGOAT, D. (2000). **Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe.** In : Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré e Danièle Senotier (Coords.), Dictionnaire Critique du Féminisme (pp. 35-44). Paris : PUF.

LAGE, Allene. **A MULHERES DENTRO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: EMANCIPAÇÕES EM DISPUTA NA CONSTRUÇÃO DE PROTAGONISMOS.** Revista Debates Insubmissos, Caruaru, PE. Brasil, v.1, n.1, jan./abr. 2018. Endereço: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/>

LIMA, Danille Gomes de. **QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM POLÍTICAS SOCIAIS PARA O CAMPO.** Tese (mestrado), Universidade Federal de Alagoas Faculdade de Serviço Social Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Maceió: 2014

LISBOA, T. K., & Lusa, M. G. (2010). **Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3), 871-887.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. Tabula rasa, n. 9, p. 73-102, 2008.

LUSTOSA, Maria das Graças O. P. **Reforma Agrária à brasileira: política social e pobreza**. São Paulo: Cortez, 2012

MACHADO, Altair Toledo; SANTILLI, Juliana; MAGALHÃES, Rogério. **A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

MACHADO, J. P. **Empreendimentos turísticos e agricultura familiar, elementos para uma abordagem de integração: estudo de caso na Serra da Mantiqueira**. Minas Gerais: Turismo y Patrimonio Cultural, 2023.

MANTOVANI, J. H. V. **Agroecologia e Educação: A experiência da escola latino americana no Assentamento Contestado, Município da Lapa – Paraná**. 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, 2008

MARIANO, Thiago H.; ALBINO Pablo M. B. **Controle e Planejamento Financeiro para Agricultura Familiar**. Viçosa (MG): Universidade Federal de Viçosa, Pró Reitoria de Extensão e Cultura, Divisão de Extensão, 2018

MARTINELLI, Maria Lúcia. (Org.) **Pesquisa Qualitativa: Um instigante desafio**. São Pulo, Veras editora, 1999.

MARTINS, J. de S. **A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso**. Revista Tempo Social, São Paulo, p. 141-175, nov. 2003.

MARX, K. **Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”, de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política – livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970

MDA. **Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>> Acesso em: agosto de 2016.

MIRALHA, W. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, jan./jun. p. 151-172, 2006.

MMC. **Movimento de Mulheres Camponesas : Feminismo Camponês Popular**. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/construcao-das-camponesas/> Acesso em: setem 2021.

MOREIRA, Ruy et al. **O plano nacional de reforma agrária em questão**. Ano, v. 1, p. 6-19, 1986.

MST, **Programa de Reforma Agrária Popular do MST e Dossiê sobre “Reforma Agrária Popular e a luta pela Terra no Brasil”**, do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2020. [s.n.], 2005.

MST. **Assentamento Contestado completa 23 anos e cresce na construção da agroecologia**. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/02/08/assentamento-contestado-completa-23-anos-e-cresce-na-construcao-da-agroecologia/> Acesso em outubro 2022.

MST. **Assentamento Contestado: 20 anos de lutas e conquistas**. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/06/23/assentamento-contestado-20-anos-de-lutas-e-conquistas/> Acesso em maio 2021.

MST. **Governo Bolsonaro volta a suspender a reforma agrária no país**, [s. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2019/03/28/governo-bolsonaro-volta-a-suspender-a-reforma-agrario-pais.html>>. Acesso em: 11 abr. 2022

MST. **Movimento Sem Terra. Dossiê MST Escola: Documentos e Estudos 1990 – 2001**. Cad. de Educação nº 13 (edição especial). 2ª Ed. Editora Expressão Popular, 2005. p. 263

MST. **Mulheres na Luta: O Papel do Feminismo na Reforma Agrária Popular**. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/01/15/o-papel-do-feminismo-na-reforma-agraria-popular/>. Acesso em outubro 2023

NEDER, Ricardo Toledo. **A prática da adequação sociotécnica entre o campesinato: educação, ciência e tecnologia social**. Linhas Críticas, v. 21, n. 45, p. 357-381, 2015

OLIVEIRA, Bruno Henrique Dias; VERSOLA, Humberto Luis. **Princípio da função social da propriedade frente à reforma agrária**.

PERDONSINI, Jordana Quaresma; ANGELIN, Rosangela. **Mulheres trabalhadoras rurais: a busca pela igualdade nas relações de gênero**. In: **XXII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**, 2014, UNIJUI. 2014.

RAMOS, Gilmária Salviano. **Leitura feminista da história das mulheres no Brasil**. 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

Rocha, Sonia. **Bolsa Família e a redução da pobreza rural: evidências para uma nova abordagem**. Revista de Economia Política 32.1 (2012): 42-59.

SAFFIOTI, H. & FERRANTE, V.L.S.B. — **As mulheres e as contradições do capitalismo agrário**. Perspectivas, São Paulo, 6:67-75, 1983

SALES, Celecina de Maria Veras. (2007). **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos**. Revista Estudos Feministas, 15(2), 437-443.

SALVARO, G. I. J., Lago, M. C. S., & Wolff, C. S. (2013). **Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividade**. Revista Psicologia & Sociedade, 25(1), 79 - 89.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. **Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres**. Revista Estudos Feministas, v. 22, p. 51-70, 2014.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. 2017.

SANTOS, Adriano lima. **Agroecologia e Campesinato: relativa autonomia frente ao desenvolvimento do capitalismo, um estudo de caso no Assentamento Contestado- UFSC – Florianópolis – 2015**

SAUER, Sérgio; LEITE, AcácioZ.; TUBINO, Nilton Luís Godoy. **Agenda política da terra no governo Bolsonaro**. Revista da ANPEGE, v. 16, n. 29, p. 285-318, 202

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. **A Agricultura Familiar No Brasil**. Disponível,
em:https://www.rimisp.org/wpcontent/files_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil_ShneiderCassol_editado.pdf. Acesso em: 11 ago. 2021

SCOTT, J. W. (1994). **As mulheres trabalhadoras**. In Georges Duby e Michelle Perrot, história das mulheres no ocidente (pp. 443-475). Porto : Afrontamentos.

SCOTT, J. W. **Gênero : uma categoria útil para a análise histórica.** Educação & Realidade, 20 (2) jul./dez.(1995).

SILVA, Carmen; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (Orgs.). **Nosso trabalho tem valor: mulher e agricultura familiar.** Recife: SOS CORPO; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Agosto de 2005.

SILVA, Maria da. **A luta pela igualdade de gênero no MST.** Revista Estudos Rurais, 2020. Disponível em: <https://www.revistaestudosrurais.org/artigos/igualdade-de-genero-no-mst>. Acesso em: 21 jun. 2024.

SILVA, Nanci Stancki, **Reestruturação produtiva e gênero: um estudo de caso em duas empresas de linha branca** / Nanci Stancki Silva.-- Campinas,SP.

SORJ, B. **Trabalho remunerado e trabalho não remunerado.** In: OLIVEIRA, S.; RECAMÁN, M.; VENTURI, G. (Org.) A mulheres brasileira nos espaços público e privado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004

SORJ, Bila. **Os cuidados com a família e as desigualdades de gênero e de classe.** Costa et al, 2010.

STÉDILE, João Pedro et al. **Reforma agrária. Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 657, 2012.

TEDESCHI, L. A. **O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: uma ferramenta necessária.** In: MENEGAT, A. S.; TEDESCHI, L. A.; FARIAS, M. de F. L de. Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário. Dourados: UFGD, 2009.

THOMAS, Hernán Eduardo [et al.] **Tecnologias Sociais: Caminhos para a sustentabilidade.** – Brasília/DF: s.n, 2009. 278 p. ISBN 978-85-89263-08-5 1. Tecnologias Sociais – Brasil.

VALE, Arilson Pereira do. **Associativismo e produção orgânica como uma alternativa para a agricultura familiar: o caso Aruatã/ Arilson Pereira do Val.** – Curitiba: CEFET-PR, 2003. Disponível em : https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/168/1/CT_PPGTE_M_Vale%2C%20Arlison%20Pereira%20do_2003. Acesso em out de 2021.

VARELLA, Marcelo Dias. **Introdução ao direito à reforma agrária: o direito face aos novos conflitos sociais.** São Paulo: Editora de direito, 1998.

WANDERLEY, M. de N. B. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção**. Reforma Agrária, Campinas, n.2 e 3, v.25, maio/dez. 1995.

WANDERLEY, M. de N. B. **O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Estudos sociedade e agricultura, v. 1, 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência**. Revista Brasileira de Política Internacional, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. S025-S044, 2014. Impressa em fevereiro de 2015. Universidade Federal de Pernambuco, PPGS, Pernambuco, Brasil.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS**. Gt 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro, v. 21, 1996.